



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Edital do Pregão Eletrônico nº 018/2026			
Data de abertura: 03/07/2026 às 13:00 horas no sítio www.gov.br/compras			
Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para substituição de vidros danificados, silicone de vedação entre vidros intactos e de vedação em manta de PVC de todo o perímetro entre a estrutura metálica e de concreto, na cobertura do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa.			
Processo PROAD 22.009/2026	Registro de preços? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Exclusiva ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Reserva de cota ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
	Modo de disputa: Aberto e fechado	Amostra? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Vistoria? <input type="checkbox"/> Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Facultativa <input type="checkbox"/> Não se aplica
Critério de julgamento: Menor preço		Valor estimado da contratação: R\$ 341.959,22	
Prazo para envio da proposta de preços adequada após etapa de lances / planilha de composição de preços / documentos complementares: 24 horas, a contar da convocação do agente de contratação			
Prazo para envio dos documentos de habilitação: 2 horas, a contar da convocação do agente de contratação			
Impugnações e Pedidos de esclarecimentos Até o dia 30/06/2026 para o endereço licita@trt2.jus.br			
Documentos de Proposta: 1. Proposta conforme modelo constante do Anexo IV; 2. Declaração de atendimento ao § 2º do Art. 4º da Lei 14.133/2021, se for o caso. 3. Fichas técnicas dos selantes a serem utilizados na execução dos serviços, as quais serão comparadas com a referência disposta no Anexo XIII. 4. Planilhas orçamentárias (Anexo III.A) e de composição de preços unitários (Anexo III.B); 5. Composição da taxa BDI (Benefícios e Despesas Indiretas), conforme Anexo III.C; 6. Composição dos encargos sociais, conforme Anexo II-I.D;		Documentos de Habilitação: 1. SICAF; 2. Comprovação de registro da empresa no CREA ou no CAU. 3. Atestado(s) de capacidade técnica; 4. Declaração de conhecimento.	
Adjudicação por grupo Regime de execução - Empreitada por preço global. Local de Execução: Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, localizado na Avenida Marquês de São Vicente, 235, CEP: 01139-001. Prazo de Execução: conforme descrito no item 4.5 do Anexo I.			



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

SUMÁRIO

1. DO OBJETO.....	4
2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.....	4
3. DO VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....	5
4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	6
5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	6
6. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	8
7. DA APRESENTAÇÃO E PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	9
8. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA ETAPA DE LANCES	10
9. DA FASE DE JULGAMENTO.....	11
10. DA FASE DE HABILITAÇÃO	14
11. DOS RECURSOS.....	16
12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	16
13. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.....	16
14. DO CADASTRAMENTO OBRIGATÓRIO NO SIGEO - JT.....	18
15. DAS GARANTIAS.....	18
16. DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	19
17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.....	19
18. DO PAGAMENTO.....	20
19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	20
20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	21

ANEXOS

ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO.....	23
ANEXO II - MEMORIAL DESCRITIVO DE SERVIÇOS.....	38
ANEXO III - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.....	49
ANEXO IV - FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA.....	50
ANEXO V - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO § 2º DO ART. 4º DA LEI 14.133/2021.....	52
ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ITEM 13.1.1.2 DO EDITAL.....	53
ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO.....	54
ANEXO VIII - CARTA DE PREPOSTO.....	55
ANEXO IX - MINUTA DE CONTRATO.....	56
ANEXO X - NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO.....	77
ANEXO XI - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR.....	79



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO XII - MAPEAMENTO DOS VIDROS DANIFICADOS.....	82
ANEXO XIII - FICHA TÉCNICA DOS SELANTES DE REFERÊNCIA.....	83



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026

Processo PROAD nº 22.009/2026

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**, por meio da Divisão de Licitações, sediada na Av. Marquês de São Vicente nº 235, Bloco B, 1º andar, Barra Funda, São Paulo/SP, CEP 01139-001, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo **menor preço**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, e as exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

DIA: 03/07/2026

HORÁRIO: 13:00 horas (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

CÓDIGO UASG: 080010

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de substituição de vidros danificados, silicone de vedação entre vidros intactos e de vedação em manta de PVC de todo o perímetro entre a estrutura metálica e de concreto, na cobertura do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 6 (seis) itens, conforme tabela constante do Anexo IV – Forma de apresentação da proposta, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõe.

1.3. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sítio www.gov.br/compras e as especificações técnicas constantes deste edital, prevalecerão estas últimas.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados a este Regional na Lei Orçamentária nº 15.346/2026, conforme Programa de Trabalho 15.103.02.122.0033.4256.0035 e Natureza de Despesa 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, e nos exercícios subsequentes, à conta da dotação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

orçamentária que atenda despesas da mesma natureza.

3. DO VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ 341.959,22 (trezentos e quarenta e um mil, novecentos e cinquenta e nove reais e vinte e dois centavos), conforme descrito a seguir:

GRUPO 1 (G1)				
Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor total estimado
1	Serviços preliminares (avaliação das linhas de vida com emissão de laudo; emissão de ART/RRT; mapeamento da cobertura e projeto executivo prévio; documentação referente à segurança do trabalho.	1 unidade	R\$ 31.646,83	R\$ 31.646,83
2	Acompanhamento dos trabalhos.	1 unidade	R\$ 41.024,93	R\$ 41.024,93
3	Substituição dos vidros danificados, observando normas técnicas e melhores práticas, bem como cuidados especiais para prevenção da queda de quaisquer materiais e horários especiais de trabalho para não prejudicar a prestação jurisdicional. Deverão ser empregados vidros laminados + PVB, com espessura total de 8mm, esteticamente idênticos aos originais, preservando o padrão muxarabi existente, formado por vidros translúcidos e vidros refletivos. Os vidros deverão ser fixados à caixilharia com emprego de Dow Sil 995 ou equivalente técnico.	166 unidades	R\$ 1.392,21	R\$ 231.106,86
4	Substituição da manta de PVC de todo o perímetro do átrio interno na junção entre a estrutura metálica e a viga calha de concreto.	93 metros	R\$ 182,18	R\$ 16.942,74
5	Fornecimento de relatório fotográfico completo das substituições executadas, inclusive vedações de silicone entre painéis de vidro e manta PVC, acompanhado de as built detalhando a localização de cada substituição e os materiais empregados.	1 unidade	R\$ 2.963,20	R\$ 2.963,20
6	Realização de serviço de troca de aproximadamente 62 metros lineares vedação de silicone, sem troca de vidros, em região delimitada da cobertura, com fornecimento de relatório detalhado do serviço (cronoanálise).	1 unidade	R\$ 18.274,66	R\$ 18.274,66
VALOR TOTAL ESTIMADO (G1)				R\$ 341.959,22

3.2. Data do orçamento estimado: 01/03/2026.

3.3. O critério de julgamento adotado será o de menor preço, conforme definido neste edital e seus anexos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o edital de licitação por irregularidade, ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licita@trt2.jus.br, aos cuidados do agente de contratação.

4.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sistema Compras.gov.br e na página do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (https://ww2.trt2.jus.br/fileadmin/licitacoes/em_andamento/editais.pdf), no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame e vinculará os participantes e a Administração.

4.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

4.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

5.1.1. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

5.1.2. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.1.3. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.2.1. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;

5.2.2. Que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

5.3. Como condição para participação no pregão, o licitante assinalará, em campo próprio do sistema eletrônico, a ciência e o cumprimento das seguintes declarações:

5.3.1. Condições de participação

5.3.1.1. Que manifesta ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, e concorda com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

5.3.1.2. Que sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

5.3.2. Declarações para fins de habilitação

5.3.2.1. Que atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

5.3.2.2. Que inexistente impedimento à sua habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

5.3.2.3. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3.2.4. Que manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

5.3.2.5. Que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

5.3.3. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

5.3.3.1. Que observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

5.3.3.2. Que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

5.3.4. Somente para os licitantes cadastrados como microempresa ou empresa de pequeno porte:

5.3.4.1. Que não ultrapassou os limites de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar, caso ele seja aplicado nessa contratação, observado o [art. 4º da Lei nº 14.133/2021](#).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

- a. Nos itens exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, a assinatura do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- b. Nos itens não exclusivos, a manifestação no campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo sendo qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.3.5. Declarações exclusivamente para critérios de desempate previstos no Art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

5.3.5.1. Que desenvolve ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho, nos termos previstos no inciso III do Art. 60 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023.

- a. A manifestação no campo "sim" pressupõe que a empresa atende à legislação vigente sobre o assunto, podendo ser solicitada a comprovação no decorrer do certame.

5.3.5.2. Que desenvolve programa de integridade, nos termos previstos no inciso IV do Art. 60 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024.

- a. A manifestação no campo "sim" pressupõe que a empresa atende à legislação vigente sobre o assunto, podendo ser solicitada a comprovação no decorrer do certame.

5.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

5.5. É vedada a contratação de licitante que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 7 de 18/10/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

6. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

6.1. Será concedido tratamento favorecido aos licitantes, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

6.1.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

porte.

6.2. Em relação às microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, aplicar-se-á o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538/2015.

6.2.1. Caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas dos licitantes convocados para a etapa fechada e qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.2.2. A empresa mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.2.3. Caso o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocados os demais licitantes qualificados como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.3. Caso seja suscitada dúvida, o agente de contratação verificará quando o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, se o somatório de ordens bancárias recebidas, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme artigo 3º da mencionada lei.

6.4. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos do disposto no art. 4º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

6.5. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

7. DA APRESENTAÇÃO E PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2. Os licitantes encaminharão sua proposta, exclusivamente por meio do sistema, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

7.3. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento dos campos constantes do sistema.

7.3.1. Valor unitário do item (o valor unitário é o global proposto).

7.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

7.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

7.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a conclusão da etapa de lances.

7.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.

7.10. Não será admitida a desistência da proposta após a abertura da sessão pública, hipótese na qual o licitante será desclassificado e o agente de contratação poderá solicitar a autuação de processo administrativo para apenação, na forma do artigo 156 da Lei 14.133/2021.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA ETAPA DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

8.2. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

8.4. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.4.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, será encerrada automaticamente a recepção de lances.

8.4.2. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas subsequentes com valores até



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.4.2.1. No procedimento de que trata este item, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.4.2.2. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.4.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01.

8.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.11. Em caso de empate entre duas ou mais propostas iniciais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada, serão utilizados os critérios de desempate previstos no artigo 60 da Lei nº 14.133/2021.

8.12. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9. DA FASE DE JULGAMENTO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

9.1. Como condição prévia ao exame da proposta do licitante classificado em primeiro lugar, o agente de contratação verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) e ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

9.1.1. Por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, a consulta aos cadastros dispostos nos subitens abaixo será realizada também em nome do sócio majoritário da empresa.

9.1.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes)

9.1.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

9.1.1.3. Lista de Inabilitados/Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

9.1.2. Constatada a existência de sanção, o agente de contratação desclassificará o licitante por falta de condição de participação.

9.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação realizará a verificação da conformidade da proposta classificado em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto da contratação e, observado o disposto no item abaixo, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido neste edital.

9.2.1. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

9.2.1.1. Poderão ser realizadas diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

9.3. Durante a fase de julgamento, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

9.3.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.3.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

9.4. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao último lance ofertado, conforme Anexo IV do edital, no **prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, contado da solicitação do agente de contratação, por meio da opção “enviar anexo” do sistema.

9.4.1. Juntamente à proposta deverão ser anexados:

- a) Somente para licitantes que, no momento de cadastramento da proposta, tenham declarado seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (ME/EPP):
 - a.1) Declaração de atendimento ao § 2º do Art. 4º da Lei 14.133/2021, conforme modelo constante do Anexo V.
- b) Fichas técnicas dos selantes a serem utilizados na execução dos serviços, as quais serão comparadas com a referência disposta no Anexo XIII.
- c) Planilha orçamentária (Anexo III.A) e de composição de preços unitários (Anexo III.B), com todos os custos, de todos os itens, arredondadas em duas casas decimais.
 - c.1) Os preços ofertados deverão ser abertos em material e mão de obra.
 - c.2) Deverão ser apresentados marca e modelo dos produtos ofertados para os itens assinalados na planilha orçamentária na coluna designada Apresentar Marca";
- d) Composição da taxa BDI (Benefícios e Despesas Indiretas), conforme Anexo III.C
- e) Composição dos encargos sociais, conforme Anexo III.D.

9.5. Os preços unitários individuais constantes na planilha orçamentária apresentada pelo licitante serão analisados e não poderão ultrapassar os valores constantes na planilha de referência (Anexo III):

9.5.1. Caso o licitante apresente sua proposta com valores unitários superiores ao definido no item anterior, poderá, após diligência do agente de contratação, ajustá-los ao estabelecido.

9.6. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido no item 9.4, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.7. A pedido do agente de contratação, o licitante vencedor deverá readequar sua proposta para que os valores unitários e totais possam ser expressos com duas casas decimais e em conformidade com o lance vencedor.

9.8. O agente de contratação poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

9.8.1. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo agente de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

contratação, desde que não haja majoração do preço.

9.8.1.1. O não atendimento à solicitação do agente de contratação no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo implica a desclassificação da proposta.

9.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o agente de contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Após o término da fase de julgamento, a habilitação do licitante cuja proposta foi aceita será realizada mediante consulta ao SICAF contendo os níveis cadastrados I, II, III e IV válidos e a apresentação, **no prazo de 2 (duas) horas**, contado da solicitação do agente de contratação, por meio da opção “enviar anexo” do sistema, da seguinte documentação:

10.1.1. Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, segundo legislação do sistema CONFEA/CREA, ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU, em que conste como responsável técnico pela mesma, profissional qualificado e habilitado, conforme Resolução CONFEA nº 218/1973 ou Resolução CAU/BR nº 51/2013, nas atividades da área de engenharia civil ou arquitetura, de acordo com os serviços solicitados.

10.1.2. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, e a respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), com registro de atestado, emitida pelo CREA ou pelo CAU, que comprove(m) que o responsável técnico tenha prestado serviços de troca de vidros com trabalho em altura em edifícios comerciais. O(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar a execução de serviços de troca de vidros em, no mínimo, área equivalente a 15 m² de vidros, em edifícios com, no mínimo, 3 pavimentos, sendo os serviços executados em altura e devendo os vidros serem fixados por meio da técnica de pele de vidro/structural glazing, ou seja, vidros fixados a quadros de alumínio por meio do uso de silicone adesivo.

10.1.2.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar em nome do responsável técnico pela empresa ou no de profissional qualificado e habilitado, conforme legislação CREA/CONFEA ou CAU, que comprove vínculo com a empresa, o qual será o responsável técnico pelos serviços objeto deste contrato.

10.1.2.2. Caso o responsável técnico não pertença ao seu quadro permanente, o licitante deverá apresentar declaração formal por ele assinada, para comprovar a sua disponibilidade para a execução dos serviços objeto desta licitação.

10.1.3. Declaração de que é conhecedora das condições da contratação, conforme modelo constante no Anexo VII.

10.1.3.1. A empresa interessada poderá realizar vistoria ao local da prestação de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

serviços, mediante agendamento através do e-mail enginfraavatec@trt2.jus.br.

a. A solicitação deve ser feita com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência à data pretendida para a realização da vistoria.

10.1.3.2. Embora a vistoria seja facultativa, a sua não execução não permite que os licitantes aleguem desconhecimento das condições como justificativa para solicitações futuras, deixando de atender obrigações assumidas ou requerendo aditivos de valor.

10.2. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido no item 10.1, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.3. Na análise dos documentos de habilitação, poderão ser sanados erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica.

10.4. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, ou para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de seus recebimentos.

10.5. Os licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, por meio de cópia do instrumento que deu suporte à contratação, notas fiscais, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos.

10.6. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

10.7. Havendo pendência nos níveis do SICAF, o agente de contratação poderá solicitar para fins de habilitação, cédula de identidade dos dirigentes/sócios, prova de regularidade relativa à Seguridade Social, certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; certidão relativa aos tributos estaduais; certidão relativa aos tributos municipais; certidão de Regularidade do FGTS – CRF, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; os atos constitutivos da empresa, tais como Registro Comercial da Firma, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, Estatuto arquivado na Junta Comercial e última ata de Eleição dos Administradores, registrada na Junta Comercial, Contrato Social e suas alterações, dentre outros.

10.8. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

10.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

10.10. Em caso de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado.

10.11. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DOS RECURSOS

11.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de **20 (vinte) minutos** concedido na sessão pública, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.2. As razões do recurso deverão ser registrados em momento único em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de encerramento da sessão pública, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados, se desejarem, a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

11.3. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

11.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

11.6. Da decisão em que não caiba recurso hierárquico, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

13.1. Após a homologação do certame, caso a Administração decida pela efetivação do contrato, o licitante vencedor será convocado, por escrito, para entregar os documentos abaixo descritos:

13.1.1. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação:

13.1.1.1. Comprovação de que não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído por Portaria Interministerial do Poder Executivo.

a. A apresentação da comprovação será dispensada caso a Seção de Contratos logre êxito em obtê-la mediante consulta online ao sítio oficial do Ministério do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Trabalho e Emprego, e anexando-a ao processo.

13.1.1.2. Declaração de que não foi condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, conforme modelo constante do Anexo VI.

13.1.1.3. Certidão de registro da empresa no CREA da 6ª Região ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

13.1.1.4. Comprovação do vínculo com o profissional habilitado a que se refere o atestado de capacidade técnica profissional apresentado na licitação, que atuará como responsável técnico pela execução dos serviços;

13.1.1.5. Indicação do técnico em segurança do trabalho, com comprovação de experiência em trabalhos em altura, demonstrada por meio de atestado ou outro documento apto.

13.1.2. No prazo de até 1 (um) mês, contados da data da homologação do certame:

13.1.2.1. Comprovante de prestação da garantia descrita no item 15.1, caso a opção seja pela modalidade seguro-garantia.

13.1.2.2. Em caso de ocorrência do disposto no item 15.2.1:

a. Comprovante de prestação da garantia descrita no item 15.2, caso a opção seja pela modalidade seguro-garantia.

13.2. No momento da assinatura do contrato será verificada a regularidade do signatário no SICAF, quanto às certidões federais, estaduais e municipais, e no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin (em conformidade com o inciso III do art. 6º da Lei nº 10.522/2002).

13.2.1. Na hipótese de irregularidade, o signatário deverá regularizar sua situação perante o cadastro ou apresentar os documentos que comprovem sua regularidade relativamente aos dados vencidos ou não atualizados, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.3. O não atendimento das exigências dispostas nos itens 13.1 e 13.2, além de obstar a assinatura do contrato, acarretará as consequências previstas no artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. Cumpridas as exigências dispostas nos itens 13.1 e 13.2, o adjudicatário deverá assinar o instrumento contratual no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado do envio da mensagem para o e-mail informado, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

13.4.1. O contrato deverá ser assinado de forma digital por meio do Sistema PROAD (Processo Administrativo Eletrônico), conforme orientações dispostas no Manual de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

uso do PROAD para usuários (as) externos (as) ao Tribunal.¹

13.4.2. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

13.4.3. Deverá ser assinada no mesmo prazo e forma dispostos no *caput* a declaração indicando os prepostos e seus substitutos, que representarão a contratada durante a execução contratual, contendo os respectivos contatos (telefone, e-mail e endereço), conforme Anexo VIII.

13.5. Quando o licitante convocado não assinar o contrato na forma estabelecida neste instrumento poderá ser convocado outro licitante para fazê-lo, nos termos previstos no artigo 90 da Lei 14.133/2021, obedecida a ordem de classificação.

13.6. O licitante vencedor deverá manter suas condições de habilitação durante toda a contratação.

14. DO CADASTRAMENTO OBRIGATÓRIO NO SIGEO - JT

14.1. Para a efetivação dos pagamentos resultantes desta contratação, será obrigatório o cadastramento da contratada no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT).

14.1.1. O prazo para a efetivação do cadastro será de 10 (dez) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato.

14.1.2. O procedimento de cadastramento pode ser acessado em:
<https://sigeo.jt.jus.br/ajuda/kbtopic/fornecedores-colaboradores-e-credenciados-de-saude/>

14.2. Durante o período de execução contratual, a contratada deverá, na periodicidade correspondente à natureza do objeto, enviar a Nota Fiscal Eletrônica através do módulo de Execução Financeira do SIGEO-JT, sob pena de não pagamento.

14.3. Eventuais dúvidas sobre o cadastro no sistema poderão ser dirimidas através do e-mail cadastro.execucaofinanceira@trt2.jus.br

15. DAS GARANTIAS (DE EXECUÇÃO E ADICIONAL)

15.1. Da garantia de execução

15.1.1. Será exigida do licitante vencedor, a título de perfeita execução contratual, a apresentação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato em uma das modalidades previstas no artigo 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021 (caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de

¹ https://ww2.trt2.jus.br/fileadmin/servicos/Manual_de_uso_do_PROAD_usuarios_externos_2025.pdf



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

capitalização), que será liberada de acordo com as condições previstas neste edital, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

15.1.1.1. Prazos para apresentação da garantia:

- a. Até 10 (dez) dias úteis contados a partir da data de assinatura do contrato, caso o licitante opte pelas modalidades caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, fiança bancária ou título de capitalização, e;
- b. Até 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação, caso a opção seja pelo seguro-garantia.
 - b.1. A assinatura do contrato ocorrerá após a prestação da garantia pela contratada.

15.2. Da garantia adicional

15.2.1. Será exigida do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor estimado para a contratação, garantia adicional no valor equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

15.2.2. A garantia deverá ser prestada em uma das modalidades previstas no artigo 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021 (caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização), e será liberada de acordo com as condições previstas neste edital, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

15.2.2.1. Prazos para apresentação da garantia:

- a. Até 10 (dez) dias úteis contados a partir da data de assinatura do contrato, caso o licitante opte pelas modalidades caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, fiança bancária ou título de capitalização, e;
- b. Até 1 (um) mês, contados da data de homologação da licitação, caso a opção seja pelo seguro-garantia.
 - b.1. A assinatura do contrato ocorrerá após a prestação da garantia pela contratada.

16. DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

16.1. A disciplina acerca do reajuste e do equilíbrio econômico-financeiro está disposta nos termos do instrumento contratual anexo ao presente edital.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto, bem como de fiscalização estão previstos no instrumento contratual anexo ao presente edital.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado nos termos do instrumento contratual anexo ao presente edital.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa o licitante que:

- 19.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;
- 19.1.2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 19.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta;
- 19.1.4. ensejar o retardamento do certame;
- 19.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 19.1.6. fraudar a licitação;
- 19.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 19.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 19.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

19.2. Mediante processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas aos licitantes e/ou adjudicatários, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

- 19.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União pelo prazo máximo de 3 (três) anos, de acordo com as penas-base dispostas no Ato GP nº 24/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região;
- 19.2.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, de acordo com as penas-base dispostas no Ato GP nº 24/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

19.3. Considera-se não manter a proposta a ausência de envio, a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, não enviar proposta/planilha adequada ao último lance ofertado ou após negociação, deixar de apresentar amostra, não enviar documentos solicitados ou não prestar esclarecimentos em sede de diligência, o pedido de desclassificação da proposta formulado pelo licitante, quando encerrada a etapa competitiva e desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração que impossibilite o seu cumprimento.

19.4. Considera-se comportar-se de maneira inidônea a prática de atos direcionados a prejudicar



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

o bom andamento do certame ou do contrato, tais como: frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório; agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; prestar informações falsas; apresentar documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de suas informações.

19.5. Considera-se retardar a execução do certame qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento do certame, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou ainda que atrase a assinatura do contrato ou ata de registro de preços.

19.6. Todas as comunicações dos atos administrativos serão realizadas de forma eletrônica, nos endereços de e-mail cadastrados no SICAF, sendo de responsabilidade do licitante o acompanhamento e atualização dos respectivos cadastros;

19.6.1. A comunicação, enviada aos endereços de correio eletrônico do licitante, será considerada como efetivamente realizada após 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do envio;

19.7. Em caso de inexecução parcial ou total das condições de contratação, erros ou atrasos na execução e quaisquer outras irregularidades não justificadas, serão aplicadas as sanções administrativas conforme disposto no instrumento contratual.

19.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP.

19.9. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

19.10. Os procedimentos instituídos para apuração de responsabilidades referentes à eventuais infrações administrativas observarão as disposições do Ato GP n. 24, de 27 de maio de 2022 deste Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública, e caso a continuidade não seja agendada nesse momento, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

20.2. Os horários estabelecidos no edital de licitação, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

20.3. Comprovada a impossibilidade de envio por meio da ferramenta "enviar anexo" do sistema, a critério do agente de contratação, poderá ser utilizado para encaminhamento de documentos o endereço eletrônico licita@trt2.jus.br.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

20.4. Quaisquer documentos inseridos no Sistema Compras.gov.br poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo agente de contratação.

20.4.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Divisão de Licitações, situada na Avenida Marquês de São Vicente nº 235, Bloco B, 1º andar, Barra Funda, São Paulo/SP, CEP 01139-001.

20.5. A assinatura de documentos resultantes deste pregão eletrônico será exclusivamente digital, realizada através de assinatura eletrônica qualificada, baseada em certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil), ou através de assinatura eletrônica avançada (definida no inciso II, art. 4º da lei nº 14.063/2020), considerada válida para todos os efeitos legais, e será realizada através do Portal PROAD (Processo Administrativo Eletrônico), que é um sistema de gestão virtual de documentos e processos administrativos.

20.5.1. As orientações para acesso e utilização do Portal PROAD estão dispostas no Manual de uso do PROAD para usuários (as) externos (as) ao Tribunal.²

20.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

20.6.1. São considerados dias de expediente os descritos no Art. 62, I, da lei 5.010/1966.

20.7. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste edital.

20.8. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados. A solicitação deve ser encaminhada ao e-mail licita@trt2.jus.br.

20.9. O edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://ww2.trt2.jus.br/transparencia/licitacoes-compras-e-contratos/licitacoes> e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

20.10. Os anexos listados no sumário, integram este edital, para todos os fins e efeitos.

20.11. O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o da Justiça Federal, na Seção Judiciária de São Paulo, com exclusão de qualquer outro.

São Paulo, (data e hora da assinatura digital)

Aquiles José Malvezzi

Diretor da Secretaria de Processamento e
Acompanhamento de Contratos e Licitações

² https://ww2.trt2.jus.br/fileadmin/servicos/Manual_de_uso_do_PROAD_usuarios_externos_2025.pdf



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO I
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica de envidraçamento arquitetônico para substituição de vidros danificados, silicone de vedação entre vidros intactos e de vedação em manta de PVC de todo o perímetro entre a estrutura metálica e de concreto na cobertura do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, localizado na Avenida Marquês de São Vicente, 235, CEP: 01139-001.

1.2. O serviço incluirá o fornecimento de todos os materiais, mão de obra e equipamentos necessários à plena consecução do objeto, bem como o fornecimento de *As Built* completo ao final dos serviços, indicando detalhadamente os locais em que houver substituição dos materiais.

1.3. O objeto será prestado em etapas sucessivas:

1.3.1. Revisão e complementação do sistema de proteção contra quedas, permitindo o acesso seguro a toda a cobertura;

1.3.2. Submissão de projeto executivo, com indicação detalhada dos materiais e das intervenções previstas;

1.3.3. Apresentação de documentos de segurança do trabalho relacionados à execução do objeto;

1.3.4. Mapeamento detalhado de vidros danificados, com fotos individuais de cada elemento identificado para substituição e sua posição em planta em formato .dwg;

1.3.5. Substituição dos vidros danificados, observando normas técnicas e melhores práticas, bem como cuidados especiais para prevenção da queda de quaisquer materiais. Deverão ser empregados vidros laminados + PVB, com espessura total de 8mm, esteticamente idênticos aos originais, preservando o padrão muxarabi existente, formado por vidros incolores e vidros refletivos; Os vidros deverão ser fixados à caixilharia com emprego do silicone Dow Sil 995 ou equivalente técnico.

1.3.5.1. O serviço deverá incluir a remoção da peça danificada e descarte apropriado, instalação do novo vidro, vedação da junta, teste de estanqueidade e limpeza do local.

1.3.6. Substituição da manta de PVC entre a estrutura metálica e a viga calha de concreto, localizada na região perimetral do teto de vidro, incluindo remoção do material degradado existente, limpeza, preparo da base, instalação da manta nova e todas as adaptações necessárias;

1.3.7. Troca de vedação de silicone entre painéis de vidro, sem troca de vidros, em região delimitada da cobertura (30 vidros contíguos de área) a ser determinada pelo CONTRATANTE.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Deverá ser empregado silicone Dow Sil 791 ou equivalente técnico.

1.3.7.1. Após a realização dessa etapa, deverá ser fornecido relatório detalhado, indicando a quantidade de material utilizado, número de trabalhadores presentes na execução, tempo necessário para realizar o serviço, técnica aplicada, dificuldades encontradas, conclusão acerca da viabilidade de se executar o serviço em toda a área da cobertura de vidro, além de outras informações que a contratada julgar pertinente.

1.3.8. Fornecimento de relatório fotográfico completo das substituições executadas e *as built* detalhando a localização de cada substituição e os materiais empregados;

1.3.9. Salvo posterior determinação do CONTRATANTE, os serviços serão executados em dias sem expediente no edifício, sobretudo aos finais de semana e feriados. Caso seja possível a disponibilização de mais dias de trabalho ao longo da semana, a CONTRATADA será informada com, pelo menos, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

1.3.10. Prestação de garantia técnica do serviço segundo período e escopo determinados a seguir:

1.3.10.1. Garantia de adequação técnica e estanqueidade dos vidros substituídos e silicone de vedação adjacentes: 5 anos, contados da data de recebimento definitivo dos serviços;

1.3.10.2. A CONTRATADA disporá de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação por e-mail, para prestar atendimento, ou seja, manifestar-se quanto ao problema identificado, propondo implementação de solução a ser aprovada pelo CONTRATANTE, e terá um prazo de 10 (dez) dias úteis para solucionar o problema, salvo situações devidamente justificadas e de alta complexidade, que necessitem de soluções emergenciais, que deverão ser atendidas no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

1.3.10.3. Todas as despesas com mão de obra, materiais, transporte, hospedagem ou quaisquer outras necessárias ao atendimento da Garantia de Serviços serão de inteira e total responsabilidade da CONTRATADA.

1.3.11. **Prazo:** a execução total do contrato é prevista para ocorrer ao longo de 8 (oito) meses, já consideradas todas as etapas necessárias desde as atividades preliminares, com o trabalho realizado predominantemente, em dias/horários sem expediente.

1.3.11.1. É possível a prorrogação mediante pleito fundamentado, a ser apresentado pela CONTRATADA. Serão admitidos, como fundamentação, fatores como condições climáticas impeditivas e o acréscimo de quantidade, ou ainda outras situações que não resultem de culpa da CONTRATADA.

1.3.11.2. Destaca-se que o pleito de aditivo de prorrogação de prazo do contrato deverá



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

indicar cada um dos dias em que não houve possibilidade de trabalho devido às intempéries climáticas. Além disso, cada um desses dias indicados deverá ter sido registrado no Diário de Obras Eletrônico e avisado por email enviado à Fiscalização em até 5 (cinco) dias corridos após a ocorrência do fato.

1.3.12. São normas aplicáveis ao objeto deste contrato:

1.3.12.1. NBR 7199 – Aplicação de vidros na construção civil.

1.3.12.2. NBR 14698 – Vidros de segurança: requisitos e métodos de ensaio.

1.3.12.3. NBR 16259 – Especificações para sistemas de envidraçamento em edificações.

1.3.12.4. NBR 14697 - Vidro Laminado

1.3.12.5. NBR 10821 – Esquadrias para edificações

1.3.12.6. NBR 9690 – Impermeabilização – Mantas de cloreto de polivinila (PVC)

1.4. Deverão também ser atendidas todas as normas da ABNT vigentes e pertinentes ao objeto, a legislação pertinente ao ramo de atuação, e as normas e Resoluções do CONFEA e as normas de medicina e segurança do trabalho, em especial no que tange à utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI) e coletivo (EPC).

1.5. Os casos não abordados serão definidos pela fiscalização técnica, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para as obras e serviços em questão e de acordo com as normas vigentes nacionais ou internacionais, bem como das melhores técnicas preconizadas para o assunto.

1.6. Ainda mais, o objeto deste termo está pormenor descrito nos anexos a este edital.

2. SUBCONTRATAÇÃO

2.1. A subcontratação é permitida para a atividade de revisão e análise do sistema de proteção contra quedas, considerada uma atividade altamente especializada e que não integra a expertise de empresas de envidraçamento arquitetônico. Também será permitida a subcontratação para a instalação da nova manta de PVC no perímetro da cobertura. Contudo, a CONTRATADA deverá manter a responsabilidade integral pela execução e coordenação dos serviços subcontratados.

3. QUANTIDADE

3.1. Para o levantamento da quantidade do escopo a se contratar, utilizou-se como ponto de partida o levantamento feito pela equipe da manutenção predial do tribunal, que identificou, a partir da região superior da cobertura, ao menos 109 vidros com trincas ou anomalias que justifiquem sua substituição. Contudo, em inspeção visual realizada pela parte inferior da cobertura, através dos halls das torres e rampas, observou-se que há outros vidros que apresentam trincas, e que não foram



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

contabilizados no levantamento da manutenção. Assim, com vistas a abarcar a substituição de todos os vidros visualmente danificados, a quantidade atualizada para troca foi fixada em um total de 166 unidades (Anexo XII).

3.2. Além disso, considerando a necessidade de substituição da manta de PVC que está presente em todo o perímetro lateral da cobertura, e encontra-se em condições de degradação avançadas, estimamos uma extensão linear de 93 metros de manta de PVC para este ponto em específico.

3.3. Em suma, o quantitativo dessa contratação abrange:

3.3.1. um projeto executivo;

3.3.2. uma análise e revisão das linhas de vida;

3.3.3. um mapeamento prévio de vidros em toda a cobertura sobre o átrio central do Fórum, confirmando ou atualizando o quantitativo identificado pela Administração;

3.3.4. Substituição de 166 unidades de vidros laminados conforme especificação e análise técnica;

3.3.5. Substituição de 93 metros lineares de manta de PVC na junção entre a estrutura metálica e a viga calha de concreto.

3.3.6. Troca de vedação de silicone, sem troca de vidros, em região delimitada da cobertura (30 vidros contíguos de área), num total previsto de aproximadamente 62 metros lineares.

3.3.7. Emissão de 01 relatório detalhado sobre a troca de vedação de silicone a que se refere o item anterior, indicando a quantidade de material utilizado, número de trabalhadores presentes na execução, tempo necessário para realizar o serviço, técnica aplicada, dificuldades encontradas, conclusão acerca da viabilidade de se executar o serviço em toda a área da cobertura de vidro, além de outras informações que a contratada julgar pertinente.

3.3.8. Emissão de 01 “as built” ao final dos trabalhos.

3.4. As descrições pormenorizadas de cada uma dessas etapas estão contidas no Memorial Descritivo anexo a este termo (Anexo II).

4. ESPECIFICAÇÕES

4.1. Conforme detalhado no memorial descritivo de serviços (Anexo II), o objeto da presente contratação é composto pelos seguintes serviços:

4.1.1. Execução de análise e emissão de laudo específico sobre o sistema de linhas de vida, com fornecimento de ART/RRT específica, projeto *as built* e de relatório técnico fotográfico;

4.1.2. Mapeamento detalhado da cobertura, para identificação dos vidros danificados, contendo fotos individuais de cada elemento identificado a ser substituído, com proposição de quadrantes



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

da cobertura onde será realizada a análise e execução do serviço de substituição do silicone (ou outra estratégia que venha a ser submetida pela CONTRATADA e aprovada pela fiscalização);

4.1.3. Submissão de projeto executivo detalhando os materiais e as intervenções previstas;

4.1.4. Substituição de vidros laminados incolores e refletivos + PVB, com dimensões aproximadas de 865mm x 865mm, com espessura total de 8mm, esteticamente idênticos aos originais, incluindo mão de obra, materiais, equipamentos e todo e qualquer item adicional necessário à perfeita execução dos serviços;

4.1.5. Substituição de toda a manta de PVC em todo o perímetro do átrio interno do fórum, na junção entre a estrutura metálica e a viga calha de concreto.

4.1.6. Realização de serviço de troca de vedação de silicone, sem troca de vidros, em região delimitada da cobertura (30 vidros contíguos de área).

4.2. Fornecimento de relatório fotográfico completo das substituições executadas e as built detalhando a localização de cada substituição e os materiais empregados.

4.3. A vigência do contrato terá início na data de sua assinatura.

4.4. Será agendada reunião inicial, no prazo de até 2 (dois) dias úteis após a assinatura do contrato, sendo a prestação dos serviços de fiscalização iniciada na data de início da execução dos serviços na cobertura do prédio.

4.4.1. Os responsáveis técnicos, técnico de segurança do trabalho e o preposto da CONTRATADA deverão estar presentes à reunião inicial.

4.5. O prazo estimado para a execução dos serviços contratados será definido para cada uma das etapas, apresentadas a seguir:

4.5.1. **Marco inicial:** Assinatura do contrato;

4.5.2. **Etapa 1** - Reunião inicial. Prazo: até 2 dias úteis após assinatura do contrato;

4.5.3. **Etapa 2** - Apresentação de documentos de segurança do trabalho, garantia contratual, ART/RRT dos trabalhos e apólice de seguro de engenharia. Prazo: até 5 dias úteis após a reunião inicial;

4.5.4. **Etapa 3** - Execução de análise sobre o sistema de linhas de vida, com fornecimento de laudo técnico, emissão de ART/RRT específica e de relatório técnico fotográfico. Prazo: até 10 dias corridos a partir da validação pela fiscalização da documentação recebida na etapa 2;

4.5.5. **Etapa 4** - Mapeamento detalhado da cobertura, para identificação dos vidros danificados, contendo fotos individuais de cada elemento identificado a ser substituído. Prazo: até 07 dias corridos contados a partir do recebimento do laudo da etapa 3;

4.5.6. **Etapa 5** - Projeto executivo detalhando os materiais e as intervenções previstas. Prazo:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

até 5 (cinco) dias úteis contados a partir do recebimento do mapeamento (etapa 4);

4.5.7. **Etapa 6** - Substituição de vidros laminados incolor e refletivos + PVB, com dimensões aproximadas de 865mm x 865mm, com espessura total de 8mm e substituição da manta de PVC em todo o perímetro da cobertura. Prazo: até 6 meses após recebimento e validação pela fiscalização do projeto executivo;

4.5.8. **Etapa 7** - Realização de serviço de troca de vedação de silicone, sem troca de vidros, em região delimitada da cobertura (30 vidros contíguos de área). A troca deverá ser executada sem causar danos aos vidros da região em análise e deve gerar relatório detalhado sobre as quantidades de materiais empregados por metro linear de serviço e também o tempo necessário para a execução do mesmo. O referido relatório também deverá trazer todas as considerações que a CONTRATADA analisar como sendo pertinentes ao bom desempenho do serviço. O serviço deverá ser executado conforme descrição contida no Memorial de Serviços e será efetivado após todo o serviço de substituição dos vidros danificados (Etapa 6). Prazo: até 10 dias corridos;

4.5.9. **Etapa 8** - Fornecimento de relatório fotográfico completo das substituições executadas, inclusive vedações de silicone entre painéis de vidro e manta PVC, acompanhado de *as built* detalhando a localização de cada substituição e os materiais empregados - *as built*. Prazo: até 10 dias úteis;

4.6. Serão descontados do prazo de execução os dias nos quais as intempéries exijam paralisação total dos serviços de execução, sendo necessária a comprovação desse fato com documentos e outros arquivos digitais que deverão ser enviados pela CONTRATADA à fiscalização deste CONTRATANTE em até 5 dias corridos após a ocorrência do fato.

4.7. Em conformidade com o artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, os serviços serão recebidos provisoriamente e definitivamente.

4.8. Para fins de recebimento dos serviços, serão considerados eventos completos, de acordo com o Anexo III.E deste edital, sendo que os eventos referem-se às seguintes etapas, conforme eventograma:

4.8.1. Evento 0: Etapa 1.

4.8.2. Evento 1: Etapas 2, 3, 4 e 5.

4.8.3. Evento 2: Etapa 6.

4.8.4. Evento 3: Etapa 6.

4.8.5. Evento 4: Etapa 6.

4.8.6. Evento 5: Etapa 6.

4.8.7. Evento 6: Etapa 6.

4.8.8. Evento 7: Etapa 6.

4.8.9. Evento 8: Etapa 6.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

4.8.10. Evento 9: Etapa 7.

4.8.11. Evento 10: Etapa 8.

4.8.12. O recebimento de cada um dos eventos de serviços, definidos no eventograma (Anexo III.E), se dará conforme descrito no instrumento contratual.

4.8.12.1. Caso sejam identificadas a entrega incompleta ou com omissão de informações elencadas neste edital, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias para sua finalização, contados da notificação da fiscalização;

4.8.13. Somente serão avaliados para fins de medição e posterior pagamento as etapas nos quais estiverem concluídos todos os serviços que constituam um evento completo, conforme delimitado no eventograma;

4.8.14. Havendo erro na apresentação de quaisquer dos documentos exigidos ou quaisquer outros descumprimentos contratuais, que impeçam a liquidação da despesa, o recebimento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para recebimento será reiniciado após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

4.8.15. A necessidade de correções não impedirá que a CONTRATADA inicie os trabalhos necessários para a etapa seguinte da obra, salvo se a fiscalização deste CONTRATANTE apresentar objeções a tal procedimento.

4.8.16. O recebimento dos serviços observará o Eventograma previsto para os serviços (Anexo III.E), sendo que somente serão pagos os Eventos lá previstos quando completados, sendo vedado o pagamento de Eventos incompletos.

4.8.17. Quando do pagamento dos eventos 2, 3, 4, 5, 6 e 7 do eventograma, será retido 5,00% do valor de cada pagamento, cujo montante será pago integralmente após a última etapa dos serviços contratados (conclusão e aceite do evento 10).

4.8.18. Para fins de medição dos eventos 2 ao evento 9, o valor a ser pago será calculado por:

4.8.18.1. Valor da medição = Valor do evento (substituição de vidros) x 95%

4.8.18.2. Obs.: (retenção de 5% a ser pago ao final do último evento)

5. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

5.1. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1.1. A execução do objeto desta contratação deverá obedecer às normas técnicas de aplicação de vidros na construção civil, entre outras, conforme descrito neste edital e seus anexos, bem como nos normativos e legislação vigente;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

5.1.2. Na etapa de apresentação das propostas, o licitante deverá indicar expressamente quais selantes serão utilizados nos trabalhos, mediante apresentação de fichas técnicas, as quais serão cotejadas com o Anexo XIII.

5.1.3. Aditivos de prazo serão realizados sem custo para o CONTRATANTE, levando-se em consideração apenas o eventograma a ser executado, sem qualquer ônus adicional relativo à administração local na extensão do prazo dos serviços.

5.1.4. O CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA o diagnóstico da cobertura, que é composto pelo mapeamento que foi realizado pela equipe de manutenção deste CONTRATANTE e revisado pela equipe técnica deste CONTRATANTE. Salienta-se que o mapeamento realizado foi conduzido exclusivamente por análise visual com razoável distância da estrutura, sendo assim, é fundamental a etapa de mapeamento minucioso prévio aos serviços para completa validação da posição dos vidros a serem substituídos.

5.1.5. O prazo total de realização dos serviços será de até 8 meses, contados da assinatura do contrato, conforme prazos consignados no item 4.5 deste anexo.

5.1.6. Salvo aqueles que não necessitem de algum tipo de acesso à cobertura de vidro, os serviços serão executados fora do expediente judiciário, para minimizar o impacto nas atividades do Fórum, bem como para garantir a segurança da equipe técnica da CONTRATADA e dos usuários do edifício. Nos dias de efetivo trabalho da CONTRATADA, a Praça da Justiça, as rampas e os demais locais indicados pela fiscalização deverão permanecer completamente isolados.

5.1.7. O cronograma de execução dos serviços deverá ser encaminhado pela CONTRATADA, quando do envio do Projeto Executivo, para aprovação prévia da fiscalização.

5.1.8. Os vidros existentes - danificados ou íntegros - não se destinam a suportar o tráfego de pessoas. Portanto, a CONTRATADA deverá acessá-los com uso de pranchões ou dispositivo similar que permita a distribuição de carga e evite a ocorrência de maiores danos ao patrimônio deste CONTRATANTE.

5.1.9. Toda a adequação do ambiente necessária à execução do serviço caberá à CONTRATADA. Não obstante, o CONTRATANTE poderá auxiliar no isolamento de áreas para prevenção de acidentes.

5.1.10. Deverá haver entrega preliminar da documentação relativa à Segurança do Trabalho.

5.1.11. Antes do início da substituição dos vidros e posteriormente ao mapeamento dos vidros trincados realizado pela CONTRATADA, deverá haver entrega de projeto executivo, detalhando os materiais e as intervenções previstas.

5.1.12. Os serviços serão executados no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, localizado na Avenida



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Marquês de São Vicente, 235, CEP: 01139-001.

5.1.13. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e o CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.1.14. O acompanhamento dos serviços de fiscalização técnica será feito por servidores da Coordenadoria de Manutenção e Projetos.

5.1.15. O não cumprimento das exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, enseja extinção do contrato, nos termos do art. 137, inciso IX, da Lei 14.133/2021.

5.2. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.2.1. A comunicação entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE ocorrerá, preferencialmente, por e-mail, através do endereço eletrônico: enginfraavatec@trt2.jus.br.

5.2.2. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira com o CONTRATANTE e, ainda, caso não seja confirmada a regularidade fiscal. Eventuais atrasos de pagamentos nestas hipóteses não gerarão qualquer direito a alteração de preços ou compensação financeira.

5.2.3. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção da regularidade fiscal.

5.2.4. Quando não for possível a verificação da regularidade fiscal junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a CONTRATADA deverá apresentar ao setor responsável pela fiscalização administrativa do contrato, acompanhada da Nota Fiscal do mês seguinte ao da prestação dos serviços:

5.2.4.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

5.2.4.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União;

5.2.4.3. Certidões relativas aos tributos estadual e municipal;

5.2.4.4. Certidão de regularidade do FGTS – CRF;

5.2.4.5. Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT.

5.2.5. Dos pagamentos devidos à CONTRATADA poderão ser abatidas ou compensadas quaisquer obrigações financeiras de responsabilidade da CONTRATADA, em virtude de penalidades ou descumprimento de obrigações contratuais.

5.2.6. Serão retidos na fonte, os valores correspondentes aos tributos previstos na legislação vigente.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

5.2.7. O pagamento será sempre baseado na efetiva execução das atividades, tendo como referência o Eventograma preparado para os serviços (Anexo III.E).

5.2.8. A CONTRATADA emitirá a Nota Fiscal/Fatura, após o recebimento definitivo de cada um dos eventos descritos no item 4 deste anexo, onde constará no mínimo:

5.2.8.1. Nome do Banco, Agência e Conta Corrente, cuja titularidade deverá corresponder ao mesmo CNPJ da proposta, para efetivação do pagamento;

5.2.8.2. Mês de referência dos serviços prestados;

5.2.8.3. Nome da Unidade de prestação dos serviços;

5.2.9. Serão retidos 5% (cinco por cento) do valor de cada medição dos eventos 2, 3, 4, 5, 6 e 7 (troca dos vidros), para pagamento final apenas após o recebimento definitivo de todos os serviços (evento 10), com a constatação do completo adimplemento do objeto.

5.2.9.1. Para fins de pagamento, a cada medição, de acordo com o Eventograma dos serviços, deverá ser emitido pela CONTRATADA boletim de medição, numerado sequencialmente, incluindo, no mínimo: Referência da medição (indicar o contrato/objeto, etapa e origem - contrato principal ou aditivo), responsáveis pela medição, período de realização da etapa em medição, valor da medição, planilha das atividades executadas no período, percentual de execução (em relação ao total dos serviços e o acumulado) e os Eventos completados.

5.2.9.2. A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura no prazo de 05 (cinco) dias, contados da aprovação do adimplemento da parcela da contratação a que se referir.

5.2.9.3. Por ocasião das medições, deverão ser entregues os seguintes documentos, sem prejuízo da documentação legal necessária ao pagamento:

- a. Relatório quanto à ocorrência ou não de acidente de trabalho. Em caso de ocorrência de acidente, o relatório deverá discriminar nome do funcionário acidentado, sexo, idade, cargo, local de trabalho, data, horário e local da ocorrência;
- b. Cópia da CAT (comunicação de acidente de trabalho) emitida para o INSS, em caso de ocorrência de acidente de trabalho.

5.2.9.4. O pagamento somente será efetuado após o ateste do servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, acompanhada dos demais documentos exigidos, que verificará sua conformidade com os serviços efetivamente executados.

5.2.9.5. Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

6. DA GARANTIA CONTRATUAL

6.1. A CONTRATADA deverá prestar garantia de execução, de acordo com o disposto no instrumento contratual.

6.2. Para a prestação da garantia contratual fica vedado à CONTRATADA pactuar com terceiros (seguradoras, instituições financeiras, etc.), cláusulas de não ressarcimento ou não liberação do valor dado à garantia para o pagamento de multas por descumprimento contratual.

6.3. A liberação da garantia contratual será realizada após 6 (seis) meses, contados da data do último pagamento efetuado à CONTRATADA, desde que não haja pendências contratuais de sua responsabilidade.

7. SEGURO DE ENGENHARIA

7.1. A CONTRATADA deverá apresentar em até 10 (dez) dias úteis, contados da reunião inicial, um seguro reforma com os seguintes requisitos:

- 7.1.1. Cobertura básica de serviços de civil e instalação e montagem
- 7.1.2. Erro de projeto e/ou riscos do fabricante;
- 7.1.3. Despesas extraordinárias;
- 7.1.4. Despesas de desentulho;
- 7.1.5. Tumultos e greves;
- 7.1.6. Manutenção ampla;
- 7.1.7. Despesas de contenção de sinistros;
- 7.1.8. Responsabilidade civil geral e cruzada;
- 7.1.9. Riscos do empregador;
- 7.1.10. Danos morais;
- 7.1.11. Lucros cessantes decorrentes de responsabilidade civil, inclusive decorrentes de impedimento de acesso;
- 7.1.12. Cobertura de responsabilidade civil geral e cruzada
- 7.1.13. Cobertura de lucros cessantes

7.2. Sem a apresentação do seguro descrito neste item não será autorizado qualquer tipo de trabalho na cobertura do edifício.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar os serviços sobre a cobertura somente fora do expediente judiciário, mediante isolamento da área subjacente e informação, com antecedência ao início dos trabalhos, ao bombeiro civil de plantão;

8.2. Empregar mão de obra qualificada para execução do serviço, cercada das precauções de segurança inerentes ao trabalho em altura;

8.3. Verificar todas as medidas, quantidades e dificuldades para a execução dos serviços no local, antes do início dos serviços, incorporando quaisquer necessidades de adequação já no Projeto Executivo dos serviços;

8.4. Submeter todas e quaisquer dúvidas, modificações ou adaptações à apreciação e aprovação da Coordenadoria de Manutenção e Projetos;

8.5. Realizar as comunicações referentes à Saúde e Segurança do Trabalho dos serviços junto aos Órgãos Públicos de fiscalização do trabalho, antes do início das atividades, de acordo com a legislação vigente;

8.6. Providenciar, a partir do primeiro dia de serviço, conforme estabelecido pela Resolução CONFEA nº 1024 de 21 de agosto de 2009, o Livro de Ordem (modelo CREA/SP), preenchido diariamente, com as anotações e relatos dos serviços executados e possíveis problemas, dúvidas ou alterações ocorridas, bem como relação de funcionários que estiverem trabalhando na operação, com os respectivos cargos. Os registros no Livro de Ordem ficarão a cargo do gerente e servirão de subsídio para comprovar a autoria de trabalhos; garantir o cumprimento das instruções, tanto técnicas como administrativas; dirimir dúvidas sobre a orientação técnica relativa aos serviços; avaliar motivos de eventuais falhas técnicas, gastos imprevistos e acidentes de trabalho; e eventual fonte de dados para trabalhos estatísticos. O Livro deverá ser mantido permanentemente no local da atividade durante o tempo de duração dos trabalhos;

8.7. Assumir as responsabilidades sobre quaisquer licenças e documentações exigidas pelos órgãos oficiais, bem como as custas decorrentes e a responsabilidade técnica perante os órgãos oficiais e o CONTRATANTE;

8.8. Solicitar autorização deste CONTRATANTE quanto à utilização de espaços, equipamentos do prédio e horários de execução dos serviços;

8.9. Realizar os serviços por áreas ou etapas, conforme as definições que ficarem estabelecidas no Projeto Executivo, com início e entrega dos espaços em cada etapa, ficando-os totalmente desimpedidos para uso pleno por servidores e usuários;

8.10. Executar os serviços, em regra, fora do horário de expediente do CONTRATANTE (segunda-feira



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

a sexta-feira, das 8:00 às 20:00 horas). Situações específicas, que exijam atividades fora desse período, deverão ser previamente justificadas e submetidas para análise e eventual aprovação da Coordenadoria de Manutenção e Projetos.

8.11. Manter profissionais habilitados para execução dos serviços, os quais deverão representar a CONTRATADA e executar os serviços contratados, bem como se responsabilizar pelo cumprimento de todos os itens do edital, especificações de projetos e Normas Técnicas pertinentes;

8.12. Fornecer todos os equipamentos necessários e adequados à finalidade específica do serviço, de acordo com as Normas Técnicas;

8.13. Providenciar todas as ferramentas e equipamentos necessários à realização dos serviços, de acordo com as necessidades e as especificidades de cada serviço;

8.14. A fiscalização do CONTRATANTE suspenderá qualquer serviço no qual se evidencie risco iminente, ameaçando a segurança das pessoas (usuários, funcionários ou transeuntes), equipamentos, patrimônio do CONTRATANTE e vizinhanças;

8.15. Executar os serviços e empregar os materiais rigorosamente em conformidade com as Normas Técnicas. Qualquer material utilizado ou serviço executado que não esteja de acordo com o edital e respectivas Normas deverá ser imediatamente substituído ou reexecutado, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE;

8.16. Tomar as devidas precauções para não danificar as instalações de ar-condicionado, água fria, esgoto, elétrica e demais instalações. No caso de qualquer dano, as peças ou componentes deverão ser substituídos ou recuperados sem qualquer ônus para o CONTRATANTE. Nesse ponto, especial atenção será dada à eventual quebra de vidros intactos da cobertura, sendo que, vindo a ocorrer a referida quebra, deverá ser enviada imagem do dano causado à fiscalização do contrato e deverão ser iniciadas, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE, as medidas necessárias para substituição dos vidros;

8.17. Adotar precauções especiais no sentido de evitar danos ou respingos nas superfícies não destinadas ao escopo deste trabalho (vidros, caixilhos, etc). Caso ocorram, deverão ser imediatamente recuperados;

8.18. Retirar, oportunamente, todo e qualquer material restante, tais como entulhos, detritos etc., como os determinados pela fiscalização. Se necessário, os resíduos deverão ser devidamente ensacados, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, e removidos para fora do prédio, de acordo com as exigências da municipalidade. Deverá ser estudado local para colocação de caçambas, em conjunto com os técnicos do CONTRATANTE. Além disso, deverão ser retirados, ao final do prazo dos serviços, todos os equipamentos e suas respectivas partes utilizados pela CONTRATADA;

8.19. Apresentar Controle de Transporte de Resíduos – CTR, após a retirada de cada caçamba, de acordo com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, comprovando o



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

cumprimento das diretrizes técnicas e dos procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, em observância à Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, que exige a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil;

8.20. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

8.21. Não colocar obstáculos ou quaisquer dificuldades para a perfeita execução dos serviços de reforma do prédio;

8.22. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do CONTRATANTE, devendo apresentar seus técnicos devidamente identificados por meio de crachás e/ou uniformes. Ademais, os funcionários deverão portar crachá ou outro meio que permita a fácil identificação em todo o tempo que permanecerem no local dos serviços;

8.23. Cumprir todas as outras disposições legais, federais e estaduais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços;

8.24. Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa, não excluindo ou reduzindo dessa possibilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

8.25. Acompanhar a execução do serviço, através dos responsáveis técnicos, qualificados conforme exigência de habilitação deste edital;

8.26. Manter, durante todo o tempo de vigência da contratação até o adimplemento final das obrigações contratuais, o atendimento das condições de habilitação exigidas;

8.27. Fornecer e exigir dos seus empregados, o uso de equipamentos de proteção individual – EPI e coletivo adequados a todos os envolvidos no serviço;

8.28. Adotar os critérios de segurança previstos na legislação específica, tanto para seus empregados quanto para quaisquer outros executantes dos serviços;

8.29. Atender prontamente as instruções expedidas pelo CONTRATANTE para a execução dos serviços, especialmente no que concerne à metodologia a ser adotada e às demais questões administrativas que forem suscitadas;

8.30. Responder às comunicações e questionamentos feitos pelo CONTRATANTE, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, salvo as comunicações e os questionamentos relacionados a demandas urgentes, que necessitem de resposta imediata, cujo prazo, nesses casos, será de 4 (quatro) horas.

8.31. Assumir inteira responsabilidade civil e administrativa pela execução dos serviços, correndo por sua conta os ônus inerentes às atividades, tais como: encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, taxas, seguros contra acidentes e indenizações decorrentes de todo e qualquer dano pessoal



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

e material causados, voluntária ou involuntariamente, por seus empregados, durante ou em decorrência da execução dos serviços;

8.32. Apresentar em até 10 (dez) dias úteis contados da reunião inicial o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) emitido pelo CAU ou CREA referente à elaboração de Projeto Executivo e posterior Execução da obra, em nome do responsável técnico indicado em sua habilitação técnica.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Facilitar por todos os meios o exercício das funções da CONTRATADA, dando-lhe acesso às suas instalações, desde que devidamente identificada, promovendo o bom relacionamento e entendimento entre seus serviços e os da CONTRATADA.

9.2. Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços objeto desta licitação, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências e quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços que não estejam de acordo com as condições e exigências especificadas.

9.3. Comunicar oficialmente à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço e quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

10. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

10.1. Será utilizado o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) a fim de auferir a qualidade dos serviços de substituição dos vidros e do silicone de vedação da cobertura.

10.2. O fiscal do contrato medirá a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, por meio de Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Anexo XI deste edital.

10.3. Incorrendo em alguma das situações previstas no Instrumento de Medição de Resultados (IMR), a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, que deverá emitir fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO II
MEMORIAL DESCRITIVO DE SERVIÇOS

REF: Substituição de vidros danificados e vedação entre estrutura metálica e concreto na cobertura do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa.

1. OBJETIVO

1.1. Substituição de vidros danificados e vedação entre estrutura metálica e concreto na cobertura do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, localizado na Avenida Marquês de São Vicente, 235, CEP: 01139-001.

2. PRAZOS

2.1. Vide Anexo I - Especificação do Objeto.

3. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

3.1. Caberá à CONTRATADA dimensionar suas equipes para cumprimento dos prazos acordados. Os prazos previstos inicialmente poderão ser estendidos, após solicitação formal e comprovação da CONTRATADA, pela ocorrência de dias chuvosos (situação impeditiva para os serviços), ou em respeito a prazos excepcionais de fornecimento de materiais (sobretudo vidros e silicone).

3.1.1. A eventual dilação de prazo não contemplará quaisquer dias em que a fiscalização tenha verificado morosidade na execução, ou subdimensionamento de equipe por parte da CONTRATADA, que responderá integralmente pelos atrasos decorrentes de sua conduta.

3.2. Salvo posterior determinação do CONTRATANTE, os serviços serão executados em dias sem expediente no edifício, sobretudo aos finais de semana e feriados. Caso seja possível a disponibilização de mais dias de trabalho ao longo da semana, a CONTRATADA será informada com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência.

3.3. Todas as medidas deverão ser verificadas pela CONTRATADA antes da realização de pedidos de insumos junto a fornecedores.

3.4. Os serviços são descritos neste memorial e precificados em planilha orçamentária. Não obstante, a CONTRATADA deverá executá-los segundo as melhores práticas e de maneira a atingir a perfeição técnica, aplicando métodos, materiais e procedimentos necessários. Dessa forma, deverá a proponente, segundo seus critérios e estudos, considerar em sua proposta todos os itens que julgar necessários para a plena execução dos serviços, independentemente de eventual falha de previsão ou detalhamento do CONTRATANTE. Apesar de não obrigatória, a realização de visita técnica anterior à



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

elaboração da proposta é essencial.

3.5. Qualquer substituição de material indicado em proposta (para outro de qualidade equivalente ou superior), ou de técnica executiva (para outra considerada mais adequada), deve ser necessariamente solicitada previamente à Fiscalização para aprovação.

3.6. A CONTRATADA será responsável por prevenir danos decorrentes da execução do serviço, cabendo a ela apontar problemas previamente existentes através de relatório elaborado antes do início da execução e providenciar todas as precauções necessárias para prevenir a ocorrência de novos danos, inclusive a proteção prévia de elementos, caso necessário. Eventuais danos ocorridos às instalações do Fórum devem ser reparados em até 5 (cinco) dias após a notificação.

3.7. O uso de equipamentos elétricos conectados à rede elétrica do edifício, indicados no Projeto Executivo, deverá ser previamente submetido à análise do CONTRATANTE. Caso não haja compatibilidade com a rede existente no edifício, a CONTRATADA será a responsável por providenciar as medidas necessárias para o funcionamento de seus equipamentos, tais como a disponibilização de gerador, transformador e de cabeamento.

3.8. Os serviços deverão ser executados em plena conformidade com as Normas Técnicas (ABNT) e Normas Regulamentadoras (MTE).

3.9. Deverão ser emitidas Anotações de Responsabilidade Técnica ou Registros de Responsabilidade Técnica, sendo uma especificamente para os tópicos de Segurança do Trabalho e outra abrangendo expressamente todas as etapas do serviço contratado.

3.10. É admissível a substituição do responsável técnico habilitado na fase de julgamento do certame, por conveniência da CONTRATADA ou determinação do CONTRATANTE (por exemplo, em casos de mau desempenho ou conduta inadequada). Em qualquer caso, a CONTRATADA deverá providenciar novo profissional e demonstrar que ele possui experiência compatível com os requisitos editalícios, com a celeridade necessária para não prejudicar o gerenciamento do serviço e a consequente observância dos prazos contratuais.

3.11. Salientamos que não é possível caminhar ou permanecer sobre os vidros, uma vez que estes não foram dimensionados para suportar tal esforço. Assim sendo, em qualquer fase dos trabalhos na cobertura será necessário uso de meios de acesso que garantam a integridade dos vidros subjacentes, como por exemplo, as plataformas existentes (troles) e pranchões de madeira.

4. REUNIÃO INICIAL

4.1. Na reunião inicial é necessário o comparecimento, no mínimo, do Preposto da CONTRATADA, além do Responsável Técnico pelos serviços e do profissional que será responsável pela segurança do trabalho.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

5. SERVIÇOS PRELIMINARES

5.1. Validação e adaptação das linhas de vida e ancoragens existentes para a realização do serviço:

5.1.1. Realização de vistoria para análise técnica de medições, presença de corrosão, deformações, entre outros aspectos necessários, no sistema de linhas de vida existente na cobertura da edificação, para validação em relação à conformidade técnica com as normas vigentes;

5.1.2. Teste de carga mecânico com Dinamômetro em todos os pontos, com carga aplicada de 1500kgf ou compatível com outros parâmetros determinados em normas vigentes aplicáveis;

5.1.3. Emissão de relatório conclusivo (laudo) da situação verificada, com fotos dos testes realizados nos pontos de ancoragem, e prescrição de eventuais adaptações (caso necessárias);

5.1.4. Emissão de ART – Anotação de Responsabilidade Técnica ou RRT - Registro de Responsabilidade Técnica específica validando o sistema existente, ou reprovando-o e apontando ações de readequação;

5.2. Elaboração do projeto executivo e seus componentes:

5.2.1. Deverá ser feito levantamento prévio detalhado da cobertura a fim de se identificarem os vidros a serem trocados, confirmando ou complementando o mapeamento realizado pelo CONTRATANTE, presente no processo licitatório. O novo levantamento será analisado pela Fiscalização para validação.

5.2.2. Deverá ser apresentado um plano de execução do serviço, detalhando em memorial e peças gráficas os materiais e métodos a serem utilizados na substituição de vidros e da vedação em manta de PVC entre a estrutura metálica e a de concreto, identificação em planta de pontos com substituição de vidros, sequência prevista para o trabalho (plano de ataque da execução) e cronograma detalhado de execução.

5.2.2.1. Ao final de cada mês da execução, o cronograma deve ser atualizado, apresentando etapas já concluídas e novas previsões de andamento.

5.2.3. Apresentação dos documentos relativos à segurança do trabalho, conforme Anexo de Segurança do Trabalho;

5.2.4. O projeto deve ser atualizado periodicamente até o fim dos serviços e enviado novamente ao final da execução, configurando a entrega do *as built*.

5.3. Apresentação da apólice de seguro de obra referente à responsabilidade civil e riscos de engenharia;

5.4. Deverão ser apresentadas duas ARTs/RRTs: uma relativa ao projeto executivo e execução dos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

serviços, e uma relativa à documentação de segurança do trabalho.

6. ADMINISTRAÇÃO

6.1. Será exigida a atuação presencial dos seguintes profissionais:

6.1.1. Engenheiro(a) Civil ou Arquiteto(a), responsável Técnico(a) pelos serviços. Profissional com habilitação compatível com o serviço executado, habilitado no processo licitatório mediante apresentação de certidão de acervo técnico (CAT) e atestado correspondente, com competência para a condução e gerenciamento dos serviços na sua totalidade

6.1.1.1. Este profissional deverá exercer acompanhamento efetivo, com presença no local em todos os dias de execução por, no mínimo, 2:30h, demonstrado mediante preenchimento de ficha de Controle de Acesso, sob responsabilidade da equipe de Segurança, e “Diário de Obra Eletrônico”, no modelo de formulário, através de link enviado pela Fiscalização. Admite-se, mediante pleito fundamentado da CONTRATADA, que o requisito de presença diária seja cumprido por engenheiro civil ou arquiteto, devidamente investido na condição de corresponsável pelo serviço contratado, com presença comprovada pelo mesmo processo. Caso a CONTRATADA opte pela alternativa de corresponsável, será ainda exigida a presença quinzenal do responsável técnico, com a necessária comprovação nos registros já mencionados. O acompanhamento pelo corresponsável não afasta, em nenhuma hipótese, a responsabilidade do Responsável Técnico por eventuais falhas na realização dos serviços prestados.

6.1.1.2. A critério da CONTRATADA, após pedido à Fiscalização e autorização específica, o acompanhamento presencial poderá ser realizado por outro profissional que tenha experiência compatível com a complexidade do serviço (engenheiro residente), abrangendo, neste caso, toda a carga horária da execução no local. O acompanhamento presencial por engenheiro residente não afasta, em nenhuma hipótese, a responsabilidade do Responsável Técnico por eventuais falhas na realização dos serviços prestados.

6.1.1.3. O Responsável Técnico deverá ter disponibilidade para, no mínimo, uma reunião semanal com a equipe de Fiscalização no local dos serviços (ou por meio eletrônico, a critério da Fiscalização), além da disponibilidade para ser acionado e comparecer de imediato no local da execução, sempre que solicitado.

6.1.1.4. O contato telefônico deste profissional deverá ser encaminhado à equipe de fiscalização na ocasião da reunião inicial, em que o Responsável Técnico estará obrigatoriamente presente.

6.1.2. Técnico em segurança do trabalho, com presença integral no local dos serviços durante



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

toda a execução, para acompanhamento efetivo e fiscalização do cumprimento relativo à segurança do trabalho. Profissional responsável pela fiscalização das condições de segurança tanto dos profissionais de execução, quanto dos usuários do edifício e transeuntes, bem como pelo isolamento das áreas de trabalho e acessos. O profissional deverá ter comprovação de experiência em trabalhos em altura, demonstrada por meio de atestado ou outro documento apto, a ser apresentado antes do início dos serviços;

6.1.2.1. A presença do profissional no local será aferida através de assinatura de ficha de Controle de Acesso, sob responsabilidade da equipe de Segurança, na qual serão registrados os horários de chegada e saída.

6.1.3. Preposto - a ser indicado na data da assinatura do contrato, responsável pelo contato permanente com a fiscalização, podendo ser o responsável técnico ou outro profissional indicado.

7. SUBSTITUIÇÃO DE VIDROS DANIFICADOS

7.1. Preparação e Segurança:

7.1.1. Isolar a área e garantir EPIs para trabalho em altura (luvas anticorte, capacete, óculos, cinto de segurança para trabalho em altura, entre outros definidos em projeto).

7.2. Remoção de Vidros Danificados:

7.2.1. Cortar o silicone de fixação com estilete e remover cuidadosamente o vidro;

7.2.2. Retirar cuidadosamente o vidro quebrado com ventosas e ferramentas manuais, evitando queda de fragmentos;

7.2.3. Descartar resíduos conforme normas ambientais vigentes.

7.3. Limpeza e Preparação da Estrutura

7.3.1. Remover resíduos de silicone antigo e sujeira.

7.3.2. Limpar perfis e superfícies com álcool isopropílico, removedor de silicone, lixa de grão 120 (para remoção de resíduos aderidos), pano limpo não fibroso ou qualquer outro produto ou ferramenta pertinente;

7.3.3. Verificar integridade dos perfis.

7.4. Aplicação do silicone e assentamento do vidro:

7.4.1. Aplicar o selante estrutural (DOWSIL™ 995 ou equivalente técnico) diretamente no perfil ou estrutura de suporte, formando um cordão contínuo e uniforme;

7.4.2. Posicionar o vidro cuidadosamente sobre o cordão de silicone, garantindo contato total;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

7.4.2.1. O vidro deve seguir a especificação adequada: vidro laminado lapidado 8mm (4mm+PVB+4mm), incolor ou refletivo 70%, de acordo com a posição da peça a ser instalada, com objetivo de manter o padrão técnico e estético presente na cobertura. É recomendável a realização de análise técnica específica de amostra antes da compra de material, uma vez que não serão toleradas variações exageradas de tonalidade e qualidade entre o vidro substituído e o padrão das regiões adjacentes. No vidro novo instalado deverá estar presente elemento superficial de destaque (um selo colado, por exemplo), feito de material resistente às intempéries, para fins de facilitar a identificação do serviço por meios visuais após a contratação.

7.4.3. Ajustar o vidro para alinhamento e nivelamento;

7.4.4. Aguardar a cura do silicone segundo especificações do fabricante.

7.5. Vedação das Juntas Perimetrais

7.5.1. Aplicar o tarucel para limitar a profundidade da junta e garantir a geometria correta do cordão de silicone;

7.5.2. Proteger as áreas adjacentes com fita crepe para garantir um acabamento limpo;

7.5.3. Aplicar o silicone (DOWSIL™ 791 ou equivalente técnico) com pistola aplicadora, preenchendo toda a extensão da junta de forma contínua e uniforme, sem deixar espaços vazios ou bolhas de ar, garantindo estanqueidade contra intempéries;

7.5.4. Pressionar o selante para garantir contato total com as superfícies;

7.5.5. Imediatamente após a aplicação, alisar o cordão de silicone com espátula apropriada ou dedo umedecido em solução de água e sabão, garantindo acabamento liso e boa aderência às bordas;

7.5.6. Remover excessos;

7.5.7. Remover a fita crepe antes do início da cura superficial;

7.5.8. Permitir cura completa conforme especificação do fabricante (normalmente 7 dias).

7.6. Inspeção Final

7.6.1. Verificar uniformidade, aderência e ausência de bolhas no cordão de silicone;

7.6.2. Adequar possíveis pontos de desconformidade;

7.6.3. Realizar testes de estanqueidade com jato de água controlado.

8. SUBSTITUIÇÃO DELIMITADA DE JUNTAS ENTRE PAINÉIS DE VIDRO

8.1. Após a troca de vidros, o CONTRATANTE indicará à CONTRATADA uma região do teto de vidro, abrangendo aproximadamente 30 painéis íntegros contíguos (em qualquer formato escolhido) e que



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

não tenham sido objeto de troca.

8.2. Nesta região, a CONTRATADA deverá realizar a substituição completa das juntas entre painéis, mediante remoção do material de preenchimento antigo, limpeza apropriada da base e novo preenchimento da junta, observados os seguintes procedimentos:

8.2.1. Remoção do Selante Antigo

8.2.1.1. Remover totalmente o silicone antigo da junta, utilizando estilete, espátula ou ferramenta apropriada, tomando cuidado para não danificar os substratos (vidro, alumínio, etc.);

8.2.1.2. Retirar todos os resíduos do selante antigo para evitar incompatibilidade ou falhas de aderência do novo produto.

8.2.2. Limpeza da Superfície

8.2.2.1. Limpar as superfícies das juntas com solvente adequado (como álcool isopropílico, removedor de silicone, etc), removendo poeira, sujeira, óleo, graxa, umidade ou qualquer contaminante que possa comprometer a aderência do novo silicone

8.2.2.2. Aguardar a completa evaporação do solvente antes de prosseguir.

8.2.3. Preenchimento das juntas

8.2.3.1. Aplicar tarucel para limitar a profundidade da junta e garantir a geometria correta do cordão de silicone;

8.2.3.2. Proteger as áreas adjacentes com fita crepe para garantir um acabamento limpo;

8.2.3.3. Aplicar o silicone (DOWSIL™ 791 ou equivalente técnico) com pistola aplicadora, preenchendo toda a extensão da junta de forma contínua e uniforme, sem deixar espaços vazios ou bolhas de ar, garantindo estanqueidade contra intempéries;

8.2.3.4. Pressionar o selante para garantir contato total com as superfícies;

8.2.3.5. Imediatamente após a aplicação, alisar o cordão de silicone com espátula apropriada ou dedo umedecido em solução de água e sabão, garantindo acabamento liso e boa aderência às bordas;

8.2.3.6. Remover excessos;

8.2.3.7. Remover a fita crepe antes do início da cura superficial;

8.2.3.8. Permitir cura completa conforme especificação do fabricante (normalmente 7 dias).

8.2.4. Inspeção Final

8.2.4.1. Verificar uniformidade, aderência e ausência de bolhas no cordão de silicone;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

8.2.4.2. Realizar testes de estanqueidade com jato de água controlado.

8.3. A troca deverá ser executada segundo as melhores práticas, prevenindo danos aos vidros da região em análise e a quaisquer outros vidros percorridos para o acesso até a região.

8.4. Caso seja necessário transitar ou posicionar-se diretamente sobre o vidro, deverão ser fornecidos e utilizados pela CONTRATADA pranchões de madeira, ou outro método eficaz para a distribuição de peso sobre o teto de vidro (cujos painéis não foram dimensionados para suportar o peso do trabalhador), bem como todas as providências e cautelas de segurança do trabalho definidas pelo profissional competente a serviço da CONTRATADA e em consonância com a normatização vigente.

8.5. A CONTRATADA deverá registrar todos os dados da atividade e fornecer relatório detalhado ao final, abrangendo, dentre outras informações relevantes:

8.5.1. Quantidades de materiais empregados por metro (linear);

8.5.2. Quantidade de trabalhadores envolvidos na atividade e suas respectivas funções;

8.5.3. Tempo médio gasto para o deslocamento entre a laje de concreto e a área delimitada no teto de vidro;

8.5.4. Tempo médio decorrido na atividade para cada metro (linear), descontado o tempo de deslocamento e descontadas paralisações por fatores externos à execução da atividade (intempéries, pedidos de interrupção do CONTRATANTE, falta de material).

8.5.5. Quantificação precisa de quaisquer vidros que sejam danificados durante o serviço, bem como a extensão do dano causado;

8.5.6. Dificuldades identificadas e sugestões de melhoria (procedimento, material, acesso, dentre outros).

9. MEMORIAL DESCRITIVO PARA SUBSTITUIÇÃO DE VEDAÇÃO DAS JUNTAS ENTRE A ESTRUTURA METÁLICA E DE CONCRETO



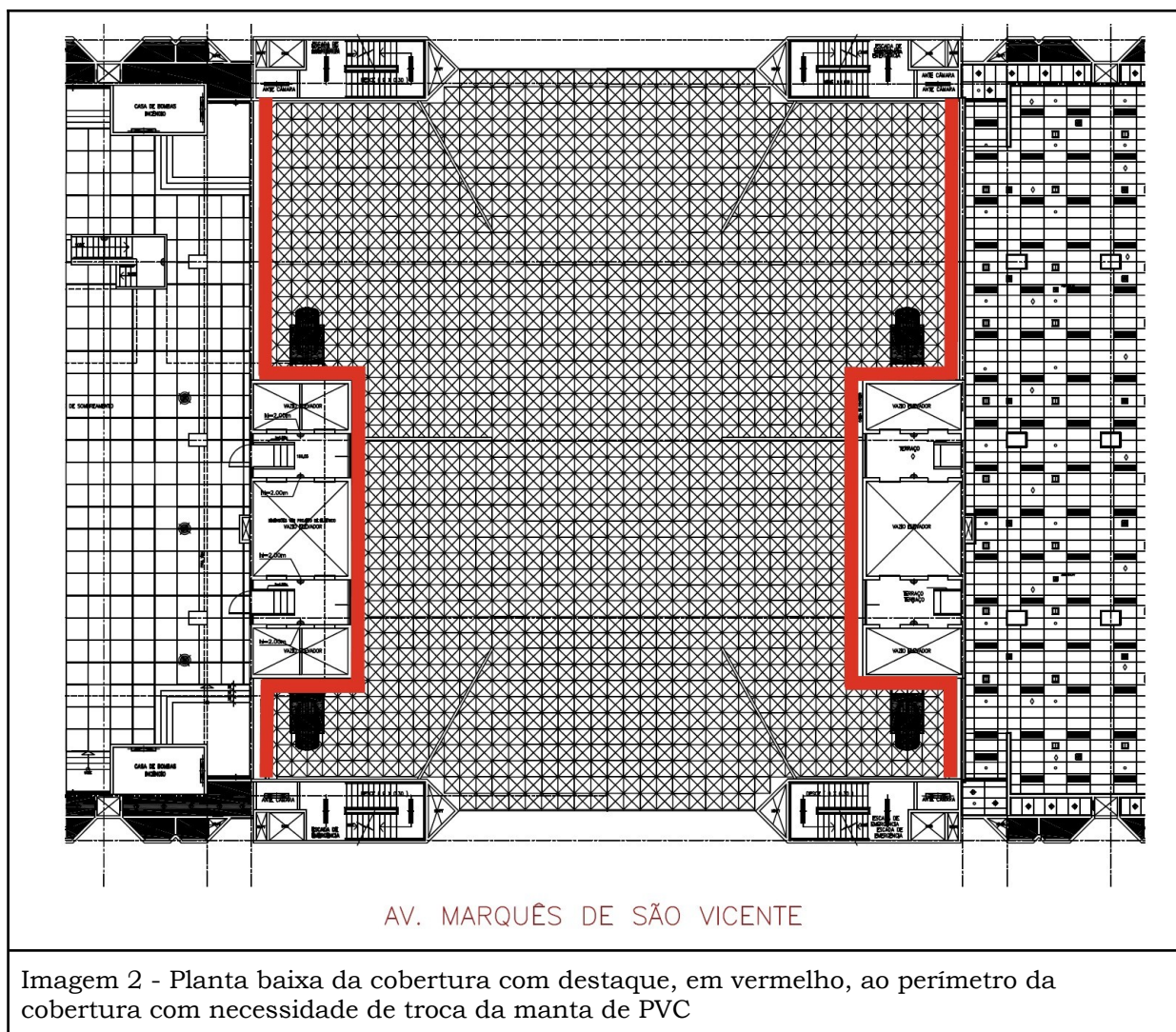
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações



Imagem 1 - Detalhe da situação da vedação da junta entre a estrutura metálica e a calha de concreto, com lona improvisada para estancar falhas na vedação original



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações



9.1. Remoção do material antigo

9.1.1. Remover totalmente o material existente entre a estrutura metálica e a calha de concreto, utilizando estilete, espátula ou ferramenta apropriada, tomando cuidado para não danificar os substratos (vidro, alumínio, etc.);

9.1.2. Limpeza inicial da superfície para remoção de resíduos;

9.1.3. Descarte adequado do material removido.

9.2. Vedação das Juntas

9.2.1. Aplicação do adesivo adequado para fixação da manta de PVC (espessura 1,5mm) nas superfícies de contato;

9.2.2. Corte e posicionamento da manta;

9.2.3. Fixação mecânica com parafusos e arruelas específicos de acordo com o projeto;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

9.2.4. Soldagem térmica das emendas e sobreposições;

9.2.5. Verificar a estanqueidade das juntas e realizar os arremates necessários;

9.2.6. Acabamento e vedação dos pontos críticos.

9.3. Inspeção Final

9.3.1. Verificar integridade da instalação e fixação da nova manta;

9.3.2. Realizar testes de estanqueidade com jato de água controlado, corrigindo eventuais falhas.

10. LIMPEZA

10.1. Limpeza geral do local dos serviços, com remoção de quaisquer sujidades e sobras de materiais em toda a região, deixando a área do serviço completamente limpa e desimpedida após o final de cada dia de realização dos trabalhos.

10.2. Os resíduos gerados precisam ser descartados respeitando as leis ambientais de descarte de resíduos de construção e demais legislações vigentes;

10.3. As áreas de trabalho precisam ser mantidas limpas e organizadas durante todo o período de execução.

11. AS BUILT

11.1. Ao final de toda a execução, o projeto executivo deve ser atualizado de forma a representar inequivocamente as intervenções realizadas no local, apresentando materiais empregados em cada serviço e indicação de todos os pontos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO III
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

- A. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**
- B. COMPOSIÇÃO DE CUSTOS UNITÁRIOS**
- C. COMPOSIÇÃO DE BDI**
- D. COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS**
- E. EVENTOGRAMA**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO IV

FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Pregão Eletrônico nº 018/2026 - Proad nº 22.009/2026

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Contato:

Tel.: Cel.

Optante pelo Simples Nacional: () Sim () Não

Dados Bancários

Banco:

Agência:

C/C:

e-mail:

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para substituição de vidros danificados, silicone de vedação entre vidros intactos e de vedação em manta de PVC de todo o perímetro entre a estrutura metálica e de concreto, na cobertura do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa.

GRUPO 1 (G1)				
Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor total proposto
1	Serviços preliminares (avaliação das linhas de vida com emissão de laudo; emissão de ART/RRT; mapeamento da cobertura e projeto executivo prévio; documentação referente à segurança do trabalho.	1 unidade	R\$ __, __	R\$ __, __
2	Acompanhamento dos trabalhos.	1 unidade	R\$ __, __	R\$ __, __
3	Substituição dos vidros danificados, observando normas técnicas e melhores práticas, bem como cuidados especiais para prevenção da queda de quaisquer materiais e horários especiais de trabalho para não prejudicar a prestação jurisdicional. Deverão ser empregados vidros laminados + PVB, com espessura total de 8mm, esteticamente idênticos aos originais, preservando o padrão muxarabi existente, formado por vidros translúcidos e vidros refletivos. Os vidros deverão ser fixados à caixilharia com emprego de Dow Sil 995 ou equivalente técnico.	166 unidades	R\$ __, __	R\$ __, __
4	Substituição da manta de PVC de todo o perímetro do átrio interno na junção entre a estrutura metálica e a viga calha de concreto.	93 metros	R\$ __, __	R\$ __, __
5	Fornecimento de relatório fotográfico completo das substituições executadas, inclusive vedações de silicone entre painéis de vidro e manta PVC, acompanhado de as built detalhando a localização de cada substituição e os materiais empregados.	1 unidade	R\$ __, __	R\$ __, __
6	Realização de serviço de troca de aproximadamente 62 metros lineares de vedação de silicone, sem troca de vidros, em região delimitada da cobertura, com fornecimento de relatório detalhado do serviço (cronoanálise).	1 unidade	R\$ __, __	R\$ __, __
VALOR TOTAL PROPOSTO (G1)				R\$ __, __

Prazo de Validade da Proposta: 90 (noventa) dias contados da data em que a proposta for anexada ao Sistema Compras.gov.br.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

São Paulo, ____ de _____ de 202_.

(Representante da Empresa)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO § 2º DO ART. 4º DA LEI 14.133/2021

Pregão Eletrônico nº 018/2026 - Proad nº 22.009/2026

Declaro para o Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região,

Que não possuo, no ano-calendário da realização desta licitação, contratos com administração pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

_____, ____/____/_____
Cidade Data

Nome da empresa e CNPJ



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ITEM 13.1.1.2 DO EDITAL

Pregão Eletrônico nº 018/2026 - Proad nº 22.009/2026

Declaro para o Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região,

Que não foram condenados a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo.

_____, ____/____/_____
Cidade Data

Nome da empresa e CNPJ



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

Pregão Eletrônico nº 018/2026 - Proad nº 22.009/2026

Declaro para o Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região,

Que sou detentor de todas as informações necessárias e condições do local para o oferecimento da proposta de preços para a execução dos serviços de troca de vidros, troca da manta de PVC em todo o perímetro da cobertura e realização de serviços pontuais de vedação sem troca de vidros da cobertura do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, localizado na Av. Marquês de São Vicente, 235, Barra Funda, CEP: 01139-001, conforme as exigências constantes no edital do Pregão Eletrônico nº 018/2026 e anexos, nada havendo a reclamar ou exigir, em etapa posterior, para o exato cumprimento das obrigações assumidas.

_____, ____/____/____

Cidade

Data

Nome da empresa e CNPJ

Responsável pela empresa



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO VIII

CARTA DE PREPOSTO

Pregão Eletrônico nº 018/2026 - Proad nº 22.009/2026

Pelo presente instrumento, a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida na Rua _____, vem indicar o Sr. _____; inscrito no CPF sob nº _____; portador do RG nº _____; telefone: _____; e-mail _____ e endereço _____, como **preposto titular** e o Sr. _____; inscrito no CPF sob nº _____; portador do RG nº _____; telefone: _____; e-mail _____ e endereço _____ como **preposto substituto**, conferindo-lhes poderes para representá-la durante a execução contratual.

São Paulo, __ de ____ de 20xx.

(Assinatura do representante legal)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO IX
MINUTA DE CONTRATO

PROAD Nº 22.009/2026 - CONTRATO Nº ---/202-

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUBSTITUIÇÃO DE VIDROS DANIFICADOS, SILICONE DE VEDAÇÃO ENTRE VIDROS INTACTOS E DE VEDAÇÃO EM MANTA DE PVC DE TODO O PERÍMETRO ENTRE A ESTRUTURA METÁLICA E DE CONCRETO, NA COBERTURA DO FÓRUM TRABALHISTA RUY BARBOSA.

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**, Órgão do Poder Judiciário Federal, Justiça do Trabalho, com sede na Rua da Consolação, 1.272, São Paulo/SP, inscrito no CNPJ sob o nº 03.241.738/0001-39, neste ato representado por seu Diretor-Geral da Administração, conforme delegação do Ato GP nº 57/2024, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, inscrito(a) no CNPJ sob o nº, sediado(a) na, em, e-mail, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), na presença de duas testemunhas, celebram o presente contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 018/2026**, em conformidade com o **PROAD nº 22.009/2026**, e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como demais legislações aplicáveis, firmando o compromisso de cumpri-lo de acordo com as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a contratação de serviços de substituição de vidros danificados, silicone de vedação entre vidros intactos e de vedação em manta de PVC de todo o perímetro entre a estrutura metálica e de concreto, na cobertura do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, nas condições estabelecidas na Especificação do Objeto.

Parágrafo Primeiro: Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- I - A Especificação do Objeto;
- II - O Edital da Licitação;
- III - A Proposta da **CONTRATADA**;
- IV - Eventuais anexos dos documentos supracitados.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA, DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência deste contrato terá início na data de sua assinatura e encerramento após o término da garantia disposta no item 1.3.10 do Anexo I – Especificação do Objeto.

Parágrafo Primeiro: A execução dos serviços será realizada em conformidade com as condições e os prazos constantes nos Anexos I, II e III.

Parágrafo Segundo: O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da **CONTRATADA**, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução desta contratação é a empreitada por preço global.

Parágrafo Único: As demais condições de execução estão dispostas nos Anexos I, II e III.

CLÁUSULA QUARTA: DA SUBCONTRATAÇÃO

Sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, a **CONTRATADA** poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento, até o limite autorizado, em cada caso, pelo **CONTRATANTE**, constante no item 2 do Anexo I.

Parágrafo Primeiro: Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da **CONTRATADA** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Parágrafo Segundo: A subcontratação depende de autorização prévia do **CONTRATANTE**, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** apresentará ao **CONTRATANTE** documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

Parágrafo Quarto: É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do **CONTRATANTE** ou com agente público que



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA: DO VALOR DO CONTRATO

O valor total da contratação é de R\$ (.....), conforme descrito a seguir:

GRUPO 1 (G1)				
Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Serviços preliminares (avaliação das linhas de vida com emissão de laudo; emissão de ART/RRT; mapeamento da cobertura e projeto executivo prévio; documentação referente à segurança do trabalho.	1 unidade	R\$ __, __	R\$ __, __
2	Acompanhamento dos trabalhos.	1 unidade	R\$ __, __	R\$ __, __
3	Substituição dos vidros danificados, observando normas técnicas e melhores práticas, bem como cuidados especiais para prevenção da queda de quaisquer materiais e horários especiais de trabalho para não prejudicar a prestação jurisdicional. Deverão ser empregados vidros laminados + PVB, com espessura total de 8mm, esteticamente idênticos aos originais, preservando o padrão muxarabi existente, formado por vidros translúcidos e vidros refletivos. Os vidros deverão ser fixados à caixilharia com emprego de Dow Sil 995 ou equivalente técnico.	166 unidades	R\$ __, __	R\$ __, __
4	Substituição da manta de PVC de todo o perímetro do átrio interno na junção entre a estrutura metálica e a viga calha de concreto.	93 metros	R\$ __, __	R\$ __, __
5	Fornecimento de relatório fotográfico completo das substituições executadas, inclusive vedações de silicone entre painéis de vidro e manta PVC, acompanhado de <i>as built</i> detalhando a localização de cada substituição e os materiais empregados.	1 unidade	R\$ __, __	R\$ __, __
6	Realização de serviço de troca de aproximadamente 62 metros lineares vedação de silicone, sem troca de vidros, em região delimitada da cobertura, com fornecimento de relatório detalhado do serviço (cronoanálise).	1 unidade	R\$ __, __	R\$ __, __

Parágrafo Único: Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis contados da data da liquidação da despesa.

Parágrafo Primeiro: O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado, conforme Anexo XI.

Parágrafo Segundo: Ocorrerá a glosa no pagamento devido, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a **CONTRATADA** não produzir os resultados ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, conforme disposto no Instrumento de Medição de Resultado.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** poderá discriminar na nota fiscal/fatura o valor total de desconto por eventual descumprimento do Instrumento de Medição de Resultado ocorrido no mês de referência e faltas, efetuando o devido abatimento no valor da nota fiscal/fatura.

Parágrafo Quarto: Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para liquidação iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quinto: A liquidação da despesa só ocorrerá após a comprovação da manutenção das condições de habilitação exigidas.

Parágrafo Sexto: Em caso de irregularidade fiscal haverá suspensão do prazo de liquidação e a **CONTRATADA** será notificada para que sejam sanadas as pendências no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período.

Parágrafo Sétimo: O pagamento será creditado em favor da **CONTRATADA** por meio de ordem bancária, na instituição bancária indicada no cadastro realizado no SIGEO-JT.

Parágrafo Oitavo: O **CONTRATANTE** poderá efetuar o pagamento por meio de títulos de cobrança bancária com código de barras, desde que o valor seja líquido, já descontada a retenção na fonte prevista neste instrumento.

Parágrafo Nono: O pagamento por meio de títulos de cobrança bancária com código de barras não isenta a **CONTRATADA** da apresentação do respectivo documento fiscal.

Parágrafo Dez: Sobre o valor faturado, serão retidos na fonte os correspondentes tributos e contribuições, conforme legislação aplicável.

Parágrafo Onze: A empresa optante pelo regime do Simples Nacional deverá encaminhar declaração nos moldes exigidos pela Receita Federal do Brasil antes da emissão da primeira Nota Fiscal Eletrônica, para fins de comprovação de sua situação jurídica, sendo de sua



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

inteira responsabilidade informar eventual desenquadramento do regime, sob pena da incidência das penalidades previstas neste instrumento.

Parágrafo Doze: Considera-se como data do efetivo pagamento o dia em que for emitida a competente ordem bancária em favor da **CONTRATADA**.

Parágrafo Treze: O **CONTRATANTE** poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à **CONTRATADA**, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, nos termos deste contrato.

Parágrafo Catorze: No caso de atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo **CONTRATANTE** encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, mediante solicitação da **CONTRATADA** em até 10 (dez) dias da emissão da Ordem Bancária, segundo a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de apuração dos encargos;

TX = Percentual anual de encargos moratórios;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/03/2026.

Parágrafo Primeiro: Após o interregno de um ano, e após pedido da **CONTRATADA**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Parágrafo Segundo: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Parágrafo Terceiro: No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, apurando-se a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Parágrafo Quarto: Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Parágrafo Quinto: Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, o **CONTRATANTE** elegerá novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, mediante apostila.

Parágrafo Sexto: O reajuste será realizado por apostilamento.

Parágrafo Sétimo: Os reajustes serão precedidos de solicitação da **CONTRATADA** em até, no máximo, o mês subsequente ao da aquisição do direito, ficando garantida a eficácia retroativa do pedido. Ultrapassado esse prazo, os efeitos financeiros somente terão vigência a partir da data da solicitação.

Parágrafo Oitavo: O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

Parágrafo Nono: O **CONTRATANTE** dará resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro preferencialmente no prazo de 30 (trinta) dias úteis, após o recebimento de toda a documentação comprobatória, apta à análise do pedido para eventual deferimento/indeferimento, tais como, notas fiscais e demais documentos pertinentes que comprovem o desequilíbrio, acompanhada de demonstração analítica da variação cambial e/ou dos custos contratuais.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES

São obrigações das partes:

I) Da CONTRATADA:

- a) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas de qualificação;
- b) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços prestados;
- c) Obedecer às normas técnicas de saúde, de segurança do trabalho e de proteção ao meio ambiente;
- d) Assumir integral responsabilidade por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como pelos danos causados à União ou a terceiros, por seus empregados, na prestação dos serviços contratados, inclusive por acidentes, mortes, perdas ou destruições, furtos comprovados, isentando a União de todas e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

quaisquer reclamações que possam advir, devendo proceder aos reparos necessários ou ao pagamento de indenização correspondente;

e) Selecionar e preparar rigorosamente os empregados, instruindo-os a tratar com urbanidade e respeito todas as pessoas presentes nas dependências do **CONTRATANTE** e de suas unidades, onde prestar serviço;

f) Manter a disciplina no local dos serviços, adotando medidas que previnam ou reprimam, de forma eficaz, condutas prejudiciais à adequada execução contratual, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis;

g) Fornecer pessoal capacitado para a atividade, devidamente uniformizado, com seu logotipo, crachá de identificação, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência, seguindo as normas de segurança do **CONTRATANTE**;

h) Manter preposto aceito pelo **CONTRATANTE** no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução deste contrato;

i) Cercar os seus empregados de todas as garantias e medidas de proteção ditadas pela legislação vigente, inclusive no que diz respeito à higiene e segurança do trabalho, mediante o emprego de todos os meios acautelatórios aconselhados para cada espécie de serviço a executar, responsabilizando-se pelo fornecimento e fiscalização de todos os equipamentos e materiais de proteção individual (EPI) e Coletivo (EPC), ficando sob sua inteira responsabilidade qualquer acidente ou dano que venha a ocorrer durante a execução do serviço;

j) Eximir-se de contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou de agente público que na fiscalização ou na gestão deste contrato;

k) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

l) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, comunicando a estes, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

m) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

- n) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços;
- o) Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- p) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- q) Elaborar e enviar à fiscalização, mensalmente, relatórios contendo registros quantos aos levantamentos, cálculos e gráficos necessários à discriminação e quantidade dos serviços efetivamente executados;
- r) Absorver, na execução do contrato, o percentual mínimo de 2% de egressos do sistema carcerário e/ou cumpridores de medidas e penas alternativas;
- s) Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações inicialmente contratadas;
- t) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- u) Comprovar, sempre que solicitado, sob pena de rescisão contratual, que não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído por Portaria Interministerial do Poder Executivo; e que não foi condenada, a **CONTRATADA** ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo.
- v) Comprovar semestralmente o cumprimento, quando couber e conforme proporção, do preenchimento de seus cargos com a cota de beneficiários ou pessoas portadoras de deficiência, e incentivo à inclusão de pessoas com Síndrome de Down, conforme previsto na legislação;
- x) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- y) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

w) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**;

z) Conhecer e cumprir o Plano de Integridade/Programa de Integridade e *Compliance* e o Código de Ética³ do **CONTRATANTE**.

II) Do CONTRATANTE:

a) Prestar os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

b) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos;

c) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Anexo I - Especificação do Objeto;

d) Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

e) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** por meio de gestor/fiscais;

f) Comunicar à **CONTRATADA** para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

g) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e na Especificação do Objeto;

h) Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste Contrato;

i) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

j) Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

j.1) A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

k) Recusar, desde que justificada, a indicação ou a manutenção do preposto da **CONTRATADA**, devendo esta designar outro para o exercício da atividade;

³ Disponíveis em https://ww2.trt2.jus.br/fileadmin/agep/planejamento_estrategico/Plano_de_Integridade/Plano_de_Integridade_do_TRT2_-_com_anexo_-_Versao_2.pdf e <https://basis.trt2.jus.br/handle/123456789/15693>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

l) Comunicar à **CONTRATADA** na hipótese de posterior alteração do projeto, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

m) Exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, sem que de qualquer forma haja restrição à plenitude dessa responsabilidade;

n) Suspender qualquer serviço no qual se evidencie risco iminente, ameaçando a segurança de pessoas, equipamentos, patrimônio do **CONTRATANTE** ou de terceiros;

o) Assegurar o livre acesso das pessoas credenciadas pela **CONTRATADA** aos locais onde serão executados os serviços, prestando-lhes os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

m) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Parágrafo Primeiro: Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

Parágrafo Segundo: É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

Parágrafo Terceiro: O **CONTRATANTE** deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Quarto: Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever da **CONTRATADA** eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

Parágrafo Quinto: É dever da **CONTRATADA** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

Parágrafo Sexto: A **CONTRATADA** deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Parágrafo Sétimo: O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a **CONTRATADA** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

Parágrafo Oitavo: A **CONTRATADA** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Parágrafo Nono: Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

Parágrafo Dez: Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo **CONTRATANTE** nas hipóteses previstas na LGPD.

Parágrafo Onze: O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DEZ: DAS GARANTIAS DE EXECUÇÃO E ADICIONAL

A **CONTRATADA** deverá apresentar o comprovante de garantia conforme disposto no Edital e estabelecido no art. 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021 no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial deste contrato, como forma de garantir a perfeita execução de seu objeto, sob pena de aplicação de sanção prevista neste instrumento.

Parágrafo Primeiro: A garantia adicional, disposta no §5º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, será devida quando a proposta da **CONTRATADA** na fase de lances da licitação for inferior a 85% do valor orçado pelo **CONTRATANTE**, cujo valor será a diferença entre este último e o valor de sua proposta.

Parágrafo Segundo: As garantias assegurarão, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de multas, indenizações, prejuízos decorrentes de inadimplemento ou de qualquer obrigação, inclusive trabalhistas e previdenciárias e de FGTS, quando couber, respondendo pelo fiel cumprimento das disposições do contrato, ficando o **CONTRATANTE** autorizado a executá-las para cobrir na ocorrência dos casos acima e quando da rescisão.

Parágrafo Terceiro: Utilizada a garantia total ou parcialmente, a **CONTRATADA** fica obrigada a integralizá-la no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for formalmente notificada pelo **CONTRATANTE**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Parágrafo Quarto: A **CONTRATADA** deverá, sempre que necessário, revalidar a data de vencimento da garantia e integralizar o valor decorrente de eventual alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação, assegurando a fiel execução contratual.

Parágrafo Quinto: A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no Parágrafo Segundo desta Cláusula, observada a legislação que rege a matéria.

Parágrafo Sexto: Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto parágrafo sétimo desta cláusula.

Parágrafo Sétimo: Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do **CONTRATANTE** e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

Parágrafo Oitavo: Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo Nono: A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do **CONTRATANTE**, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

Parágrafo Dez: Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

Parágrafo Onze: No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do [artigo 827 do Código Civil](#).

Parágrafo Doze: Em caso de fiança bancária, deverão constar no instrumento os seguintes requisitos:

- a) prazo de validade correspondente ao período do início da vigência deste contrato até 6 (seis) meses após o recebimento definitivo dos serviços.
- b) expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário e principal pagador, fará o pagamento ao **CONTRATANTE** independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

c) expressa renúncia do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos no art. 827 do Código Civil.

Parágrafo Treze: Não será aceita fiança bancária que não atenda aos requisitos estabelecidos no Parágrafo anterior.

Parágrafo Catorze: Em se tratando de seguro-garantia, a apólice deverá indicar:

a) o prazo de validade correspondente ao início da vigência deste contrato até 6 (seis) meses após o recebimento definitivo dos serviços.

b) que o seguro garante o fiel cumprimento das obrigações de quaisquer naturezas assumidas pela **CONTRATADA**, até o valor da garantia fixado na apólice;

c) que continuará em vigor mesmo se a **CONTRATADA** não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

Parágrafo Quinze: Não será aceita apólice que contenha cláusulas contrárias aos interesses do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Dezesesseis: Ocorrendo força maior ou caso fortuito, comprovado documentalmente pela **CONTRATADA**, o prazo para apresentação do comprovante de garantia poderá ser prorrogado pelo mesmo período fixado no *caput* desta cláusula.

Parágrafo Dezesete: O emitente da garantia ofertada pela **CONTRATADA** deverá ser notificado pelo **CONTRATANTE** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

Parágrafo Dezoito: Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).

Parágrafo Dezenove: Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato, ou após a sua extinção por culpa exclusiva do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Vinte: O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo **CONTRATANTE** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à **CONTRATADA**.

Parágrafo Vinte e Um: A **CONTRATADA** autoriza o **CONTRATANTE** a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

CLÁUSULA ONZE: DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A responsabilidade técnica dos serviços prestados caberá ao Sr., habilitado em, registrado no sob o nº.....

CLÁUSULA DOZE: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa a **CONTRATADA** que:

- I - der causa à inexecução parcial do contrato;
- II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao **CONTRATANTE**, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - der causa à inexecução total do contrato;
- IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- V - prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VII - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- IX - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo Primeiro: Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, assegurada a ampla defesa e o contraditório, poderão ser aplicadas à **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito em caso de inexecução parcial de obrigação, exclusivamente na hipótese de inexistência de conduta de má-fé, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e nas seguintes situações:

- 1 - Em caso de até 2 (dois) dias de atraso para a entrega de documentação relacionada às medições.
- 2 - Em caso de descumprimento de prazo fixado para a manifestação e providências em relação às solicitações de gestor e fiscais, limitado a 2 (dois) dias de atraso.
- 3 - Em caso de até 5 (cinco) dias de atraso para entrega da documentação referente ao Projeto Executivo.
- 4 - E em demais casos não previstos, a serem avaliados pelo gestor do contrato.

b) Multa:

b.1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato em casos de atraso injustificado na execução do contrato, por dia, exceto para os casos descritos nas alíneas 'b.2', 'b.3' e 'b.4', até o limite de 15% (quinze por cento);



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

b.1.1) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza o **CONTRATANTE** a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

b.2) Em caso de descumprimento no prazo para a entrega de documentação relacionada às medições e de prazo fixado para a manifestação e providências em relação às solicitações do gestor e fiscais do contrato:

- 1 - Atraso de 3 a 7 dias: multa de 0,5% sobre o valor do contrato.
- 2 - Atraso de 8 a 12 dias: multa de 0,8% sobre o valor do contrato.
- 3 - Atraso de 13 a 20 dias: multa de 1,0% sobre o valor do contrato.
- 4 - Atraso de 21 a 30 dias: multa de 1,5% sobre o valor do contrato; ultrapassado esse limite, poderá ser caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto.

b.3) Em caso de interrupção ou suspensão dos serviços sem causa justificável.

- 1 - Interrupção ou suspensão de 1 a 2 dias: multa de 1,0% sobre o valor do contrato.
- 2 - Interrupção ou suspensão de 3 a 5 dias: multa de 2,5% sobre o valor do contrato.
- 3 - Interrupção ou suspensão de 6 a 10 dias: multa de 5,0% sobre o valor do contrato.
- 4 - Acima de 10 (dez) dias de interrupção ou suspensão, será considerado inexecução total ou parcial do objeto da contratação.

b.4) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado, até o limite de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

b.5) compensatória de 10% (dez por cento) do valor do contrato, em caso de acúmulo de descontos do IMR (Anexo XI) acima de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser apurada por meio de abertura de procedimento de descumprimento contratual.

b.6) compensatória de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, em caso de apresentação de informação comprovadamente inverídica ou meramente protelatória em resposta aos questionamentos enviados pela fiscalização do contrato.

b.7) compensatória de 10% (dez por cento) em caso de inexecução parcial e de 30% (trinta por cento) em caso de inexecução total do valor do contrato.

b.8) compensatória de 5% (cinco por cento) do valor do contrato na hipótese de não-cumprimento de qualquer outra obrigação contratual acessória que não envolva prazo;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União pelo prazo máximo de 3 (três) anos, de acordo com as penas-base dispostas no Ato GP nº24/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, de acordo com as penas-base dispostas no Ato GP nº24/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Parágrafo Segundo: A penalidade de multa poderá ser aplicada por qualquer hipótese de infração administrativa, isolada ou cumulativamente com as demais espécies de sanções.

Parágrafo Terceiro: As multas previstas neste instrumento, se aplicadas, poderão ser descontadas dos pagamentos a que porventura a **CONTRATADA** tenha direito.

Parágrafo Quarto: Caso inexistentes pagamentos ou se os valores das faturas ou garantia forem insuficientes, a **CONTRATADA** deverá recolher as multas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento de notificação, por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União, apresentando o comprovante ao **CONTRATANTE**, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União.

Parágrafo Quinto: A **CONTRATADA** que der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao **CONTRATANTE**, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, der causa à inexecução total do contrato, não mantiver a proposta ou ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto, ficará impedida de licitar e contratar no âmbito da União, de acordo com as penas-base dispostas no Ato GP nº 24/2022, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

Parágrafo Sexto: A **CONTRATADA** que prestar declaração falsa durante a execução do contrato, praticar ato fraudulento na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude de qualquer natureza ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013, será declarada inidônea e ficará impedida de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, de acordo com as penas-base dispostas no Ato GP nº24/2022, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

Parágrafo Sétimo: Todas as penalidades serão registradas no SICAF, no CEIS e no CNEP.

Parágrafo Oitavo: A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Nono: Todas as comunicações dos atos administrativos serão



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

realizadas de forma eletrônica, nos endereços de e-mail fornecidos pela **CONTRATADA** no contrato ou cadastrado no SICAF, sendo de sua responsabilidade o acompanhamento e atualização dos respectivos endereços.

Parágrafo Dez: A comunicação, enviada aos endereços de correio eletrônico da **CONTRATADA**, será considerada como efetivamente realizada após 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do envio, não podendo alegar desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

Parágrafo Onze: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no Ato GP nº 24/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Parágrafo Doze: Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159, da Lei 14.133, de 2021](#)).

Parágrafo Treze: A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia. ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

Parágrafo Catorze: As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#) e Ato GP nº 24/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

CLÁUSULA TREZE: DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA** com/em outra pessoa jurídica, mediante Termo Aditivo, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa do **CONTRATANTE** à continuidade do contrato.

CLÁUSULA CATORZE: DAS VEDAÇÕES



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

É vedado à **CONTRATADA**:

- a) Caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira; e
- b) Interromper a execução dos serviços/atividades sob alegação de inadimplemento por parte do **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA QUINZE: DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, o objeto desta contratação será recebido:

a) **provisoriamente**, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, após verificação do cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data do comunicado escrito efetivado pela **CONTRATADA** de conclusão de cada uma das etapas do serviço.

b) **definitivamente**, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

Parágrafo Primeiro: Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços foram prestados em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à **CONTRATADA**, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos para sanar as irregularidades detectadas, sob pena da aplicação de multa prevista neste instrumento.

Parágrafo Terceiro: O objeto da contratação poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

Parágrafo Quarto: O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

CLÁUSULA DEZESSEIS: DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

Parágrafo Primeiro: Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá o **CONTRATANTE** providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

Parágrafo Segundo: Quando a não conclusão do contrato referida no parágrafo anterior decorrer de culpa da **CONTRATADA**:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

a) ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá o **CONTRATANTE** optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

Parágrafo Terceiro: O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Quarto: Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

Parágrafo Quinto: A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Parágrafo Sexto: Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Sétimo: O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- I. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DEZESSETE: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados a este Regional na Lei Orçamentária nº 15.346/2026, conforme Programa de Trabalho 15.103.02.122.0033.4256.0035 e Natureza de Despesa 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, e nos exercícios subsequentes, à conta da dotação orçamentária que atenda despesas da mesma natureza.

CLÁUSULA DEZOITO: DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DEZENOVE: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este contrato poderá ser alterado conforme art. 124 e art. 125 da Lei nº 14.133/2021, por meio de termo aditivo, exceto na ocorrência de registros que não caracterizam



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

alteração dos contratos, que poderão ser realizados por apostilamento, conforme art. 136 e incisos da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro: A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Segundo: A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pela **CONTRATADA**, das prestações determinadas pelo **CONTRATANTE** no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

CLÁUSULA VINTE: DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento e seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA VINTE E UM: DOS MEIOS ADEQUADOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

As controvérsias de natureza jurídica, na fase extrajudicial ou no curso de ação judicial, poderão ser submetidas pelas partes à Câmara de Conciliação da Administração Pública Federal - CCAF da Advocacia-Geral da União na busca da prevenção e solução consensual de conflitos.

CLÁUSULA VINTE E DOIS: DO FORO

O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste contrato, e que não puderem ser compostos por meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, será o da Seção Judiciária de São Paulo/SP da Justiça Federal, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Para firmeza e validade do pactuado, os contraentes assinam o presente contrato.

São Paulo, data da última assinatura eletrônica.

Assinado digitalmente

XXXX

Desembargador(a) Presidente/Diretor(a)-Geral
da Administração

Assinado digitalmente

XXXX

Responsável legal da Contratada



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

TESTEMUNHAS:

Assinado digitalmente

XXXX

Assinado digitalmente

XXXX



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO X

NORMAS DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

1. O PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) da CONTRATADA deverá ser elaborado por profissional competente, identificando os riscos ambientais existentes na atividade de seus trabalhadores, visando introduzir medidas de proteção para sua redução ou eliminação.
2. Na Análise Preliminar de Risco (APR), deverão ser levadas em consideração as características das instalações do CONTRATANTE e os métodos ou processos de trabalho envolvidos no objeto da contratação, devendo ser atualizada sempre que houver alteração significativa de tais instalações, métodos ou processos.
 - 2.1. A APR atualizada deverá ser apresentada em até 10 (dez) dias a partir da data da reunião inicial, assim como as comprovações necessárias de que atende aos novos requisitos de segurança, assim não dando causa à interrupção de suas atividades, nem incorrendo nas sanções previstas no instrumento contratual.
3. Em tal análise deverão ser identificados os riscos potenciais de ocorrência de acidentes, os locais e fontes de risco, as funções e número de trabalhadores expostos, a descrição detalhada das atividades e do tipo de exposição e, ainda, os fatores que indiquem a possibilidade de comprometer a saúde do trabalhador. Imprescindível relacionar, em tal análise, as medidas de proteção a serem introduzidas para a redução ou eliminação dos riscos e, ainda, os procedimentos em situações de emergência.
4. Para viabilizar a integração e articulação devida entre o PGR, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e a Análise Preliminar de Riscos (APR), a CONTRATADA deverá primar pela compatibilidade dos três documentos, no que diz respeito à nomeação dos cargos e funções, à descrição das atividades desenvolvidas, bem como aos riscos a elas inerentes.
5. Sempre que o contrato contemplar Trabalho em Altura, Trabalho em Espaços Confinados ou Trabalho com Instalações Elétricas, além da Análise Preliminar de Riscos (APR), a CONTRATADA deverá apresentar o Modelo de Permissão de Trabalho a ser utilizado durante a prestação dos serviços.
6. Adicionalmente, sempre que o contrato contemplar Trabalho em Altura, Trabalho em Espaços Confinados ou Trabalho em Instalações Elétricas e, especificamente, quando for executar tais atividades, a CONTRATADA deverá providenciar a presença e a supervisão permanente de um Técnico de Segurança do Trabalho, que ficará imbuído de cumprir suas atribuições regulamentares e, especialmente, liberar diariamente o início dos trabalhos, após criteriosa avaliação do cumprimento dos quesitos relacionados na Permissão de Trabalho (PT).
7. Todos os treinamentos, exigíveis pelas respectivas Normas Regulamentadoras, deverão ser comprovados através de certificado contendo o nome do trabalhador, conteúdo programático, carga



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

horária, data, local de realização do treinamento, nome e qualificação dos instrutores e assinatura do responsável.

8. As informações contidas em tais certificados, bem como a veracidade dos mesmos serão passíveis de auditoria. Irregularidades, ou “não conformidades” quanto a este quesito, poderão dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções contratuais e legais.

9. A saúde dos trabalhadores deverá ser monitorada e comprovada, pela CONTRATADA, através da realização de exames periódicos, apresentando ao CONTRATANTE cópia dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO), de acordo com os quesitos relacionados na alínea 7.4.4.3 da NR 7 (Portaria 3214 do Ministério do Trabalho).

10. Quando se tratar de Trabalho em Altura, Trabalho em Espaços Confinados ou Trabalho em Instalações Elétricas, a conclusão de tais atestados deve ser explícita:

- Apto para Trabalho em Altura;
- Apto para Trabalho em Espaços Confinados ou
- Apto para Trabalho com Instalações Elétricas.

11. Para Trabalho em Espaços Confinados deve ser encaminhado o Programa de Proteção Respiratória (PPR).

12. Em não atendendo os pré-requisitos, acima elencados, a CONTRATADA dará causa ao seu impedimento, não podendo iniciar ou dar continuidade às suas atividades e incorrendo nas sanções previstas no instrumento contratual.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO XI

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

1. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) contemplará indicadores e as respectivas metas a cumprir, sendo acompanhados periodicamente pela fiscalização do contrato;
2. Os Indicadores avaliam variáveis que permitem a mensuração da qualidade e eficiência dos serviços contratados;
3. Após a conclusão de cada evento previsto no eventograma, a fiscalização realizará vistoria no local dos serviços e analisará o cumprimento de todas as obrigações contratuais para a verificação do resultado da avaliação do indicador, que será entregue ao preposto da CONTRATADA a fim de que esta possa emitir a fatura dos serviços executados.
4. Os pagamentos por parte do CONTRATANTE serão proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) estabelecido. Assim, por ocasião do pagamento de cada medição serão deduzidos dos valores a serem pagos à CONTRATADA os descontos previstos em cada indicador para os resultados não alcançados.
5. Na prestação dos serviços, deverão ser observados os seguintes indicadores:

ITEM	1
INDICADOR	Cumprimento do cronograma
DESCRIÇÃO	Início e conclusão dos eventos previstos no eventograma dentro do prazo total estabelecido no edital e seus anexos.
FINALIDADE	Garantir o cumprimento tempestivo das atividades
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Verificação da data esperada para finalização do serviço com a data da efetiva conclusão
PERIODICIDADE	Por ordem de serviço
MECANISMO DE CÁLCULO DA GLOSA	Atraso de até 2 dias: 1% do valor dos eventos em atraso Atraso de 3 a 5 dias: 2,5% do valor dos eventos em atraso Atraso acima de 6 dias: 5% do valor dos eventos em atraso

ITEM	2
INDICADOR	Qualidade da execução
DESCRIÇÃO	Serviço realizado conforme especificações técnicas e normativas
FINALIDADE	Garantir a perfeita execução do objeto contratual
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Avaliação dos serviços conforme definido no edital e seus anexos
PERIODICIDADE	Por ordem de serviço
MECANISMO DE CÁLCULO DA GLOSA	Em caso de não conformidade identificada: 5% do valor dos eventos, sem prejuízo da correção



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ITEM	3
INDICADOR	Utilização de EPIs e EPCs
DESCRIÇÃO	Uso correto de equipamentos de proteção individual e coletiva pelos trabalhadores
FINALIDADE	Garantir a execução do objeto sem acidentes e/ou intercorrências
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Verificação do uso de EPIs e EPCs durante a execução dos serviços
PERIODICIDADE	Diária
MECANISMO DE CÁLCULO DA GLOSA	Em caso de descumprimento: 0,5% do valor do evento, POR OCORRÊNCIA e POR FUNCIONÁRIO , sem prejuízo da interrupção imediata dos serviços.

ITEM	4
INDICADOR	Limpeza e organização do local de execução dos serviços
DESCRIÇÃO	Remoção adequada de entulhos e organização do ambiente
FINALIDADE	Proporcionar a correta destinação dos resíduos do serviço e ambiente adequado à execução
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Verificação in loco durante o andamento dos serviços
PERIODICIDADE	Semanal
MECANISMO DE CÁLCULO DA GLOSA	Em caso de não atendimento: 0,1% do valor do contrato por dia de pendência

ITEM	5
INDICADOR	Integridade dos materiais
DESCRIÇÃO	Utilização de vidros e insumos conforme especificação técnica constante do edital e seus anexos
FINALIDADE	Garantir a utilização de materiais de qualidade na execução dos serviços
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Verificação in loco durante o andamento dos serviços
PERIODICIDADE	Semanal
MECANISMO DE CÁLCULO DA GLOSA	Em caso de material inadequado: 0,2% do valor do contrato, por ocorrência, sem prejuízo da substituição

ITEM	6
INDICADOR	Atendimento a notificações
DESCRIÇÃO	Resposta tempestiva a eventuais comunicações da fiscalização (conforme item 8.30 do anexo I)
FINALIDADE	Permitir a comunicação adequada entre CONTRATADA e CONTRATANTE
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Verificação dos prazos de resposta e comparação com os prazos limite constantes do edital e seus anexos
PERIODICIDADE	Por comunicação via e-mail
MECANISMO DE CÁLCULO DA GLOSA	- Resposta superior a 4 horas (demandas urgentes, assim qualificadas pela fiscalização): 0,3% do valor do contrato por ocorrência



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

	- Resposta superior a 2 dias úteis (demais demandas): 0,1% do valor do contrato por ocorrência
--	--

6. Em caso de reincidências e moras excessivas, que prejudiquem o andamento dos trabalhos, a fiscalização, além dos descontos previstos neste IMR, poderá propor a aplicação de sanções à CONTRATADA, garantido o contraditório e a ampla defesa.

7. Os descontos aplicados com fulcro neste IMR serão limitados a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, sendo que, caso ocorra desconto acima deste percentual, será iniciada a abertura de averiguação de descumprimento contratual por motivo de inexecução parcial ou total do contrato.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO XII
MAPEAMENTO DOS VIDROS DANIFICADOS

ARQUIVO ANEXO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO XIII

FICHA TÉCNICA DOS SELANTES DE REFERÊNCIA - DOWSIL 995 E DOWSIL 791

ARQUIVO ANEXO